

EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA Nº 009/2024

Processo Administrativo nº 021/2024.

Modalidade: Pregão eletrônico nº 003/2024

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ITENS INFANTIS PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Tipo: Menor preço por item.

A partir do dia 16/04/2024 até o dia 26/04/2024, às 13h45min. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE LANCES: dia 26/04/2024, às 14h00min. Referência de tempo: HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL - endereço: <http://bll.org.br/> “Acesso Identificado”.

O **MUNICÍPIO DE SALTO GRANDE, ESTADO DE SÃO PAULO**, por intermédio do Senhor **MARIO LUCIANO ROSA**, seu Prefeito do Município, no uso de suas competências legais, torna público que se acha aberta, no Departamento de Licitações, situado no prédio da Prefeitura Municipal de Salto Grande, situada na Avenida Rangel Pestana, nº 449, a licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA Nº 003/2024**, do tipo "**MENOR PREÇO POR ITEM**", a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico da Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br. (Sistema BLL COMPRAS), com utilização de recursos de tecnologia da informação, objetivando aquisições futuras e fracionadas de itens infantis de creche, que será regida nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 2.487, de 14 de agosto de 2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e ser encaminhadas por meio eletrônico após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes.

A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br, no dia e hora mencionados no preâmbulo deste Edital, e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio, designados nos autos do processo em epígrafe e indicados no sistema pela autoridade competente.

1. DO OBJETO

1.1.O objeto da presente licitação é a SELEÇÃO DE FORNECEDORES PARA SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP), VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E FRACIONADAS ITENS INFANTIS PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, PELO PERÍODO DE 12 MESES, PODENDO SER PRORROGADO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2.A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3.Em cumprimento ao artigo 48, inciso III, da Lei Complementar Federal nº 123/2006, a adjudicação dos itens deste edital será dividida em cota principal e cota reservada à participação de microempresas, empresas de pequeno porte, no limite máximo de até 25% (vinte e cinco) do objeto, conforme o detalhamento constante do Termo de Referência (Anexo I).

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços parte integrante deste instrumento como anexo.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

Poderão participar do certame todos os interessados em contratar com a Administração Municipal, que atuem em atividade econômica compatível com o seu objeto, sejam devidamente cadastradas junto à BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL – BLL, (Sistema BLL COMPRAS) na forma estabelecida no regulamento que disciplina a inscrição no referido Cadastro.

3.1.1. As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br .

3.1.2. Uso do sistema Sistema BLL COMPRAS. A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante. Em caso de perda ou quebra do sigilo da senha de acesso, caberá ao interessado efetuar o seu cancelamento.

3.1.3. O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante, que poderá escolher entre os Planos de Adesão disponíveis na plataforma, através do Portal acima mencionado.

3.1.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.5. NÃO PODERÃO DISPUTAR ESTA LICITAÇÃO:

3.5.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.5.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.5.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.5.4. Empresas ou indivíduos declarados inidôneos pela Administração Pública federal, estadual, municipal, conforme o artigo 156, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021 ou pelo Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, nos termos do artigo 108 da Lei Complementar Estadual nº 709/1993.

3.5.5. Empresas que tenham sido proibidas pelo Plenário do CADE de participar de licitações promovidas pela Administração Pública federal, estadual, municipal,

direta e indireta, em virtude de prática de infração à ordem econômica, nos termos do artigo 38, inciso II, da Lei Federal nº 12.529/2011;

3.5.6. Empresas ou indivíduos que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do art. 72, § 8º, inciso V, da Lei Federal nº 9.605/1998;

3.5.7. Empresas ou indivíduos que tenham sido proibidos de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;

3.5.8. Empresas ou indivíduos que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, por desobediência à Lei de Acesso à Informação, nos termos do artigo 33, incisos IV e V, da Lei Federal nº 12.527/2011;

3.5.9. Empresas ou indivíduos que estejam proibidos de participar da licitação ou de celebrar a contratação em decorrência do efeito de sanção registrada no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP (artigo 22 da Lei Federal nº 12.846/2013);

3.5.10. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de outras sanções impostas, não relacionadas acima.

3.5.11. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.5.12. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.5.13. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.5.14. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.5.15. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.5.16. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da

execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.6. Os impedimentos acima elencados também serão aplicados ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive à sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.9. O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.11. A vedação de que trata o item 3.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. As propostas deverão ser enviadas por meio eletrônico (Sistema BLL COMPRAS) disponível no endereço eletrônico: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br, desde a divulgação da íntegra do Edital no referido endereço eletrônico até o dia e horário previstos no preâmbulo para a abertura da sessão pública.

4.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.4.1. No item exclusivo (cota reservada) para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.4.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei

Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. valor unitário ou desconto..... (mensal, unitário etc., conforme o caso) e (anual, total) do item;

5.1.2. Marca (se aplicável);

5.1.3. Fabricante (se aplicável);

5.1.4. Quantidade cotada.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital (aplicável ao item).

5.2.2. As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou quaisquer outras condições não previstas no Edital e seus anexos.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já

decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos estabelecidos neste instrumento.

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,005.

6.9. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa “aberto”, no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.9.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.9.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.9.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.9.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.9.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.10. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.11. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.12. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.13. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.14. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.16. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, o sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.16.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.16.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.16.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.16.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.17. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.17.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.17.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.17.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.17.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.17.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.18. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e previsão contida neste instrumento, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros (§ 4º do art. 91, da Lei nº 14.133, de 2021):

7.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.1.3. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNIA, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php), devendo ser

consultados o nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário (artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992);

7.1.5. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Os documentos obtidos pelas consultas acima serão juntados ao respectivo processo.

7.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com as disposições deste edital.

7.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.8.1. contiver vícios insanáveis;

7.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecução das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9.1. A inexecução, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.9.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Se houver indícios de inexecução da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a execução da proposta.

7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.14. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de

realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Na fase de habilitação será exigida do licitante vencedor a apresentação dos seguintes documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação:

8.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA - Para a comprovação de habilitação jurídica deverão ser apresentados, a comprovação de existência jurídica da pessoa e, quando cabível, de autorização para o exercício da atividade a ser contratada.

8.1.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA será aferida mediante a verificação dos seguintes requisitos:

8.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ.

8.1.2.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo à sede ou ao domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame.

8.1.2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal, já contemplando as contribuições sociais (CND-Federal).

8.1.2.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, mediante a apresentação de Certidão de Regularidade de ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, expedida pela Secretaria da Fazenda ou Certidão Negativa de Débitos Tributários expedida pela Procuradoria Geral do Estado ou declaração de isenção ou de não incidência assinada pelo representante legal da licitante, sob as penas da lei (CND-Estadual).

8.1.2.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Mobiliários (CND-Municipal).

8.1.2.6. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS (CRF-FGTS).

8.1.2.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos de Negativa, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e à Resolução Administrativa TST nº 1470/2011.

8.1.2.8. Apresentação de declaração que contemple os seguintes itens:

(a). não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, sob as penas da Lei, conforme o disposto no artigo. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal e inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21;

(b). inexistente fato superveniente impeditivo de sua habilitação inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa;

(c). Não possui sanções vigentes previstas no inciso III do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21, no âmbito da Administração Pública Direta e indireta do Município de Salto Grande e no inciso IV do mesmo artigo, no âmbito de quaisquer entes federativos.

(d). Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa

com deficiência e para reabilitado da Previdência Social,

(e). Declaração e que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação (Art. 63, § 1º Lei 14.133/2024).

8.1.2.9. Em se tratando de ME e EPP, declaração de observância e atendimento aos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21;

8.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA será aferida mediante a verificação dos seguintes requisitos:

8.1.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, observado que nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve a licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

8.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA será aferida mediante a verificação dos seguintes requisitos:

8.1.4.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem o fornecimento anterior pertinente e compatível com o objeto desta licitação, com caracterização do bom desempenho da licitante.

8.1.4.2. Certificado de regular inscrição da sociedade junto ao Conselho Regional de Farmácia, ou documento equivalente, com indicação do responsável técnico.

8.1.4.3. Licença de Funcionamento concedida pelo Órgão Municipal ou Estadual de Vigilância Sanitária, como comprovação do cumprimento dos requisitos na Lei 6.360/1976, no Decreto 8.077/2013 e na Resolução 16/2014/Anvisa, assegurando que o licitante atende às exigências técnicas necessárias.

8.1.4.4. Autorização de funcionamento (AF ou AFE), comum e/ou especial, emitida pela ANVISA, como comprovação do cumprimento dos requisitos na Lei 6.360/1976, no Decreto 8.077/2013 e na Resolução 16/2014/Anvisa, garantindo que o licitante atende às exigências técnicas necessárias.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 20% (vinte por cento), para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia, autenticada por cartório competente, ou autenticado perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

8.5.1. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.5.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta.

8.6. A verificação dos documentos de habilitação somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.6.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.6.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.7. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64)

8.7.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.7.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.8. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.9. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto neste instrumento.

8.10. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.11. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.12. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a)** a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b)** a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no sítio eletrônico oficial do município disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

9.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 51 do Decreto Municipal nº 2487/2023.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de

aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <www.pmsaltogrande.sp.gov.br/licitacoes>.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou ata de registro de preços, ou ainda não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do município de Salto Grande, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa

escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através de mensagem eletrônica pelo seguinte meio: <licitacao.saltogrande@gmail.com>

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de

licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.



14.10. O Edital e seus anexos estarão disponíveis, na íntegra, no endereço eletrônico: <www.pmsaltogrande.sp.gov.br/licitacoes>.

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1 ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

14.11.1.1. Apêndice do ANEXO I – Estudo Técnico Preliminar

14.11.2. ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

14.11.3. ANEXO III - DECLARAÇÃO UNIFICADA

14.11.4.4. ANEXO IV – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

ÓRGÃO SOLICITANTE

Departamento Municipal de Educação

1. OBJETO

Registro de Preços para Aquisição de Itens Infantis para Atender às Necessidades do Departamento Municipal de Educação.

1.1. Especificações e quantidades

ITEM	UNID.	QUANTIDADE		DESCRIÇÃO
		COTA PRINCIPAL	COTA RESERVA	
01	PCT	150	-	ALGODÃO – BOLAS ALGODÃO HIDRÓFILO EM BOLAS - MACIO E ALTO PODER DE ABSORÇÃO. PACOTE COM APROXIMADAMENTE 100 G, PRODUTO TOTALMENTE ATÓXICO. PRODUTO DEVERÁ TER VALIDADE MÍNIMA DE 06 (SEIS) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA
02	PCT	-	50	ALGODÃO – BOLAS ALGODÃO HIDRÓFILO EM BOLAS - MACIO E ALTO PODER DE ABSORÇÃO. PACOTE COM APROXIMADAMENTE 100 G, PRODUTO TOTALMENTE ATÓXICO. PRODUTO DEVERÁ TER VALIDADE MÍNIMA DE 06 (SEIS) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA
03	UNID	150	-	BABADOR INFANTIL CONFECCIONADO EM MEIA MALHA, 100% ALGODÃO E BOTÃO PARA FECHAMENTO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 22X6X26CM, TAMANHO ÚNICO. COR: VERDE BEBÊ, BRANCO OU AMARELO. PRODUTO TOTALMENTE ATÓXICO.
04	UNID	-	50	BABADOR INFANTIL CONFECCIONADO EM MEIA MALHA, 100% ALGODÃO E BOTÃO PARA FECHAMENTO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 22X6X26CM, TAMANHO ÚNICO. COR: VERDE BEBÊ, BRANCO OU AMARELO. PRODUTO TOTALMENTE ATÓXICO.
05	UNID	150	-	BANHEIRA PLÁSTICA MÉDIA BANHEIRA PLÁSTICA PARA BANHO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 20X45X77 CM, COM CAPACIDADE DE APROXIMADAMENTE 20 LITROS, NA COR VERDE BEBÊ, AMARELO OU INCOLOR. PRODUTO TOTALMENTE ATÓXICO.
06	UNID	-	50	BANHEIRA PLÁSTICA MÉDIA BANHEIRA PLÁSTICA PARA BANHO, MEDINDO



				APROXIMADAMENTE 20X45X77 CM, COM CAPACIDADE DE APROXIMADAMENTE 20 LITROS, NA COR VERDE BEBÊ, AMARELO OU INCOLOR. PRODUTO TOTALMENTE ATÓXICO.
07	CX	300	-	“COTONETES”/HASTES FLEXÍVEIS, INQUEBRÁVEIS, PROPORCIONANDO SEGURANÇA. COM PONTAS DE ALGODÃO QUE NÃO SOLTAM FIAPOS, ANTIGERME (TRICLOSAN 0,4%) QUE O MANTÉM LIVRE DE MICRÓBIOS MESMO DEPOIS DO CARTUCHO ABERTO. CAIXA COM 300 UNIDADES. PRODUTO TOTALMENTE ATÓXICO. VALIDADE MÍNIMA DE 06 (SEIS) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.
08	CX	-	100	“COTONETES”/HASTES FLEXÍVEIS, INQUEBRÁVEIS, PROPORCIONANDO SEGURANÇA. COM PONTAS DE ALGODÃO QUE NÃO SOLTAM FIAPOS, ANTIGERME (TRICLOSAN 0,4%) QUE O MANTÉM LIVRE DE MICRÓBIOS MESMO DEPOIS DO CARTUCHO ABERTO. CAIXA COM 300 UNIDADES. PRODUTO TOTALMENTE ATÓXICO. VALIDADE MÍNIMA DE 06 (SEIS) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.
09	UNID.	150	-	ESCOVA DE CABELO PARA BEBÊ. CERDAS MACIAS E SUAVES, CABO DE PVC, NA COR BRANCA, VERDE OU AMARELA. PRODUTO TOTALMENTE ATÓXICO. CABO COM TEXTURA ANTIDESLIZANTE, PARA EVITAR QUE ESCORREGUE DAS MÃOS. MEDIDAS: 14,5 X 4CM;
10	UNID.	-	50	ESCOVA DE CABELO PARA BEBÊ. CERDAS MACIAS E SUAVES, CABO DE PVC, NA COR BRANCA, VERDE OU AMARELA. PRODUTO TOTALMENTE ATÓXICO. CABO COM TEXTURA ANTIDESLIZANTE, PARA EVITAR QUE ESCORREGUE DAS MÃOS. MEDIDAS: 14,5 X 4CM;
11	UNID.	150	-	ESCOVA DE LIMPEZA PARA MAMADEIRA, COM APROXIMADAMENTE 24X5X5CM, CABO DE POLIPROPILENO E CERDAS DE NYLON. PRODUTO TOTALMENTE ATÓXICO.
12	UNID.	-	50	ESCOVA DE LIMPEZA PARA MAMADEIRA, COM APROXIMADAMENTE 24X5X5CM, CABO DE POLIPROPILENO E CERDAS DE NYLON. PRODUTO TOTALMENTE ATÓXICO.
13	UNID.	375	-	FRALDA DE TECIDO DUPLO. BRANCA, COM BAINHA DE TECIDO DUPLO, 100% ALGODÃO. EMBALAGEM COM 5 UNIDADES. PRODUTO TOTALMENTE ATÓXICO. MEDIDAS: 70 X 70 CM;
14	UNID.	-	125	FRALDA DE TECIDO DUPLO. BRANCA, COM BAINHA DE TECIDO DUPLO, 100% ALGODÃO. EMBALAGEM COM 5 UNIDADES. PRODUTO TOTALMENTE ATÓXICO. MEDIDAS: 70 X 70 CM;



15	UNID.	150	-	JOGO DE LENÇOL PARA BERÇO 3 PEÇAS, UNISSEX, CONFECCIONADO EM TECIDO 100% ALGODÃO, EM EMBALAGEM CONTENDO: 01 LENÇOL DE BAIXO COM ELÁSTICO; 01 LENÇOL DE CIMA E 01 FRONHA. MEDIDAS APROXIMADAS: LENÇOL DE BAIXO C/ ELÁSTICO: 1,55M COMP. X 1,00M LARG. LENÇOL DE CIMA: 1,50M COMP. X 1,05M LARG. FRONHA: 35CM COMP. X 28CM LARG. COMPOSIÇÃO: TECIDO PERCAL 100% ALGODÃO, MÍNIMO 150 FIOS.
16	UNID.	-	50	JOGO DE LENÇOL PARA BERÇO 3 PEÇAS, UNISSEX, CONFECCIONADO EM TECIDO 100% ALGODÃO, EM EMBALAGEM CONTENDO: 01 LENÇOL DE BAIXO COM ELÁSTICO; 01 LENÇOL DE CIMA E 01 FRONHA. MEDIDAS APROXIMADAS: LENÇOL DE BAIXO C/ ELÁSTICO: 1,55M COMP. X 1,00M LARG. LENÇOL DE CIMA: 1,50M COMP. X 1,05M LARG. FRONHA: 35CM COMP. X 28CM LARG. COMPOSIÇÃO: TECIDO PERCAL 100% ALGODÃO, MÍNIMO 150 FIOS.
17	UNID.	150	-	MANTA INFANTIL PARA BERÇO, NA COR AMARELA, SEM ESTAMPAS, CONFECCIONADA EM MALHA 250 COM FIO 30/1 PENTEADO 100% ALGODÃO E GRAMATURA MÍNIMA DE 120G/M ² , QUE NÃO GERA BOLINHAS. MEDIDAS APROXIMADAS: TAMANHO: 80CM X 100CM. GRAMATURA: MÍNIMO 120G/M ² . ENCHIMENTO: 100% POLIÉSTER.
18	UNID.	-	50	MANTA INFANTIL PARA BERÇO, NA COR AMARELA, SEM ESTAMPAS, CONFECCIONADA EM MALHA 250 COM FIO 30/1 PENTEADO 100% ALGODÃO E GRAMATURA MÍNIMA DE 120G/M ² , QUE NÃO GERA BOLINHAS. MEDIDAS APROXIMADAS: TAMANHO: 80CM X 100CM. GRAMATURA: MÍNIMO 120G/M ² . ENCHIMENTO: 100% POLIÉSTER.
19	UNID.	150	-	SABONETE EM BARRA PARA BEBÊ, COM NO MÍNIMO 75 G. PRODUTO HIPOALERGÊNICO, COM FRAGRÂNCIA SUAVE, FÓRMULA HIDRATANTE E DERMATOLOGICAMENTE TESTADA, PARA LIMPAR SUAVEMENTE SEM AGREDIR A PELE DO BEBÊ. PRODUTO DE QUALIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR ÀS MARCAS DOVE, HUGGIES (TURMA DA MÔNICA), JOHNSONS. VALIDADE MÍNIMA DE 06 (SEIS) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA
20	UNID.	-	50	SABONETE EM BARRA PARA BEBÊ, COM NO MÍNIMO 75 G. PRODUTO HIPOALERGÊNICO, COM FRAGRÂNCIA SUAVE, FÓRMULA HIDRATANTE E DERMATOLOGICAMENTE TESTADA, PARA LIMPAR SUAVEMENTE SEM AGREDIR A PELE DO BEBÊ. PRODUTO DE QUALIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR ÀS MARCAS DOVE, HUGGIES (TURMA DA MÔNICA), JOHNSONS. VALIDADE



				MÍNIMA DE 06 (SEIS) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA
21	UNID.	150	-	SABONETEIRA PLÁSTICA, COM CORES VARIADAS E VEDAÇÃO EFICIENTE; COMPRIMENTO DE 11 CM LARGURA DE 8 CM E ALTURA DE 4 CM ARMAZENA O SABONETE, MANTENDO O INTEGRO E SEM RISCOS DE ABERTURAS
22	UNID.	-	50	SABONETEIRA PLÁSTICA, COM CORES VARIADAS E VEDAÇÃO EFICIENTE; COMPRIMENTO DE 11 CM LARGURA DE 8 CM E ALTURA DE 4 CM ARMAZENA O SABONETE, MANTENDO O INTEGRO E SEM RISCOS DE ABERTURAS
23	UNID.	150	-	TOALHA DE BANHO TOALHA DE BANHO COM CAPUZ E FORRO DE FRALDA, PARA BEBÊ. DIMENSÕES: APROXIMADAS: 70CM LARGURA X 90 CM PROFUNDIDADE. MATERIAL: 100% ALGODÃO. COR: BRANCA, AMARELA OU VERDE BEBÊ.
24	UNID.	-	50	TOALHA DE BANHO TOALHA DE BANHO COM CAPUZ E FORRO DE FRALDA, PARA BEBÊ. DIMENSÕES: APROXIMADAS: 70CM LARGURA X 90 CM PROFUNDIDADE. MATERIAL: 100% ALGODÃO. COR: BRANCA, AMARELA OU VERDE BEBÊ.
25	UNID.	150	-	TRAVESSEIRO TRAVESSEIRO ANTI SUFOCANTE PARA BEBÊ COM FRONHA, BRANCO. - SISTEMA ANTI-SUFOCANTE - ESPUMA DESENVOLVIDA PELA NASA. - CAPACIDADE DE ACOMODAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PESO FACILITANDO A CIRCULAÇÃO SANGUÍNEA - NÃO ABSORVE O CALOR DO CORPO, AUTO-MODÁVEL, ANTI PRESSÃO. - SENSAÇÃO DE CONFORTO - CAPA EM TECIDO ANTI-ÁCARO E ANTI-FUNGOS. - FRONHA BRANCA EM TECIDO. EMBALAGEM CONTENDO: - 01 TRAVESSEIRO MEDINDO APROXIMADAMENTE: 38CM X 29 CM X 05CM ALT. - 01 REVESTIMENTO MEDINDO APROXIMADAMENTE 38CM X 29CM. - 01 CAPA REMOVÍVEL E LAVÁVEL MEDINDO APROXIMADAMENTE 40CM X 30CM. COMPOSIÇÃO: TRAVESSEIRO: 100% ESPUMA DE VISCO ELÁSTICO. CAPA: APROXIMADAMENTE 70% POLIÉSTER 30% ALGODÃO. FRONHA: 100% ALGODÃO.
26	UNID	-	50	TRAVESSEIRO TRAVESSEIRO ANTI SUFOCANTE PARA BEBÊ COM FRONHA, BRANCO. - SISTEMA ANTI-SUFOCANTE - ESPUMA DESENVOLVIDA PELA NASA. - CAPACIDADE DE ACOMODAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PESO FACILITANDO A CIRCULAÇÃO SANGUÍNEA - NÃO ABSORVE O



				CALOR DO CORPO, AUTO-MODÁVEL, ANTI PRESSÃO. - SENSÇÃO DE CONFORTO - CAPA EM TECIDO ANTI-ÁCARO E ANTI-FUNGOS. - FRONHA BRANCA EM TECIDO. EMBALAGEM CONTENDO: - 01 TRAVESSEIRO MEDINDO APROXIMADAMENTE: 38CM X 29 CM X 05CM ALT. - 01 REVESTIMENTO MEDINDO APROXIMADAMENTE 38CM X 29CM. - 01 CAPA REMOVÍVEL E LAVÁVEL MEDINDO APROXIMADAMENTE 40CM X 30CM. COMPOSIÇÃO: TRAVESSEIRO: 100% ESPUMA DE VISCO ELÁSTICO. CAPA: APROXIMADAMENTE 70% POLIÉSTER 30% ALGODÃO. FRONHA: 100% ALGODÃO.	
27	UNID.	750	-	ESCOVA DENTAL INFANTIL 0 A 2 ANOS, MACIA OU EXTRA MACIA, PARA USO DE CRIANÇAS DE 0 A 2 ANOS, COM SELO DE APROVAÇÃO DA ABO – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ODONTOLOGIA, MODELO ANATÔMICO.	
28	UNID	-	250	ESCOVA DENTAL INFANTIL 0 A 2 ANOS, MACIA OU EXTRA MACIA, PARA USO DE CRIANÇAS DE 0 A 2 ANOS, COM SELO DE APROVAÇÃO DA ABO – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ODONTOLOGIA, MODELO ANATÔMICO.	
29	UNID.	750	-	ESCOVA DENTAL INFANTIL 2 A 5 ANOS, MACIA OU EXTRA MACIA E PONTAS ARREDONDADAS, PARA USO DE CRIANÇAS DE 2 A 5 ANOS, COM SELO DE APROVAÇÃO DA ABO – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ODONTOLOGIA, MODELO ANATÔMICO. INDICADA PARA HIGIENE BUCAL EM CRIANÇAS DE 2 A 6 ANOS.	
30	UNID	-	250	ESCOVA DENTAL INFANTIL 2 A 5 ANOS, MACIA OU EXTRA MACIA E PONTAS ARREDONDADAS, PARA USO DE CRIANÇAS DE 2 A 5 ANOS, COM SELO DE APROVAÇÃO DA ABO – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ODONTOLOGIA, MODELO ANATÔMICO. INDICADA PARA HIGIENE BUCAL EM CRIANÇAS DE 2 A 6 ANOS.	
31	UNID	113	-	CHUPETA COM BICO ANATÔMICO DE SILICONE MACIO E LIVRE DE BPA. ESCUDOS EM FORMATO ANATÔMICO E BORDAS ARREDONDADAS, MATERIAL ATÓXICO, COM PEGADOR EM POLICARPO. TAMANHO 2: IDADE DE 6 A 18 MESES.	
32	UNID	-	37	CHUPETA COM BICO ANATÔMICO DE SILICONE MACIO E LIVRE DE BPA. ESCUDOS EM FORMATO ANATÔMICO E BORDAS ARREDONDADAS, MATERIAL ATÓXICO, COM PEGADOR EM POLICARPO. TAMANHO 2: IDADE DE 6 A 18 MESES.	
33	UNID.	113	-	CHUPETA COM BICO ANATÔMICO DE SILICONE MACIO E LIVRE DE BPA. SEUS ESCUDOS EM FORMATO ANATÔMICO E BORDAS ARREDONDADAS, MATERIAL ATÓXICO, COM	



				PEGADOR EM POLICARPO. TAMANHO 3 TAMANHO IDADE: A PARTIR DE 18 MESES.
34	UNID	-	37	CHUPETA COM BICO ANATÔMICO DE SILICONE MACIO E LIVRE DE BPA. SEUS ESCUDOS EM FORMATO ANATÔMICO E BORDAS ARREDONDADAS, MATERIAL ATÓXICO, COM PEGADOR EM POLICARPO. TAMANHO 3 TAMANHO IDADE: A PARTIR DE 18 MESES.
35	UNID.	113	-	CHUPETA COM BICO REDONDO DE SILICONE MACIO E LIVRE DE BPA. SEUS ESCUDOS EM FORMATO ANATÔMICO E BORDAS ARREDONDADAS, MATERIAL ATÓXICO, COM PEGADOR EM POLICARPO. TAMANHO 2: IDADE DE 6 A 18 MESES.
36	UNID	-	37	CHUPETA COM BICO REDONDO DE SILICONE MACIO E LIVRE DE BPA. SEUS ESCUDOS EM FORMATO ANATÔMICO E BORDAS ARREDONDADAS, MATERIAL ATÓXICO, COM PEGADOR EM POLICARPO. TAMANHO 2: IDADE DE 6 A 18 MESES.
37	UNID.	113	-	CHUPETA COM BICO REDONDO DE SILICONE MACIO E LIVRE DE BPA. SEUS ESCUDOS EM FORMATO ANATÔMICO E BORDAS ARREDONDADAS, MATERIAL ATÓXICO, COM PEGADOR EM POLICARPO. TAMANHO MÉDIA TAMANHO 3 TAMANHO IDADE: A PARTIR DE 18 MESES.
38	UNID	-	37	CHUPETA COM BICO REDONDO DE SILICONE MACIO E LIVRE DE BPA. SEUS ESCUDOS EM FORMATO ANATÔMICO E BORDAS ARREDONDADAS, MATERIAL ATÓXICO, COM PEGADOR EM POLICARPO. TAMANHO MÉDIA TAMANHO 3 TAMANHO IDADE: A PARTIR DE 18 MESES.
39	UNID.	75	-	BICO MAMADEIRA, MATERIAL SILICONE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ATÓXICO/ ANTIALÉRGICO/INODORO/INSÍPIDO/ORTODÔNTICO/, TAMANHO 0 A 6 MESES
40	UNID	-	25	BICO MAMADEIRA, MATERIAL SILICONE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ATÓXICO/ ANTIALÉRGICO/INODORO/INSÍPIDO/ORTODÔNTICO/, TAMANHO 0 A 6 MESES
41	UNID.	75	-	BICO MAMADEIRA, MATERIAL SILICONE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ATÓXICO/ ANTIALÉRGICO/INODORO/INSÍPIDO/ORTODÔNTICO/, TAMANHO 7 A 12 MESES
42	UNID	-	25	BICO MAMADEIRA, MATERIAL SILICONE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ATÓXICO/ ANTIALÉRGICO/INODORO/INSÍPIDO/ORTODÔNTICO/, TAMANHO 7 A 12 MESES



43	UNID.	75	-	BICO MAMADEIRA, MATERIAL SILICONE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ATÓXICO/ ANTIALÉRGICO/INODORO/INSÍPIDO/ORTODÔNTICO/, TAMANHO 13 A 17 MESES
44	UNID	-	25	BICO MAMADEIRA, MATERIAL SILICONE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ATÓXICO/ ANTIALÉRGICO/INODORO/INSÍPIDO/ORTODÔNTICO/, TAMANHO 13 A 17 MESES
45	UNID.	75	-	BICO MAMADEIRA, MATERIAL SILICONE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ATÓXICO/ ANTIALÉRGICO/INODORO/INSÍPIDO/ORTODÔNTICO/, TAMANHO 18 A 24 MESES
46	UNID.	-	25	BICO MAMADEIRA, MATERIAL SILICONE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ATÓXICO/ ANTIALÉRGICO/INODORO/INSÍPIDO/ORTODÔNTICO/, TAMANHO 18 A 24 MESES
47	UNID.	113	-	MAMADEIRA, EM POLIPROPILENO, COM BICO DE SILICONE ORTODONTICO, CAPACIDADE 160ML MAMADEIRA; COM FRASCO, CAPUZ, TAMPA E DISCO EM POLIPROPILENO, COLORIDO; ISENTO DE BISFENOL A; RESISTENTE A TEMPERATURA DE NO MÍNIMO100°C NO MOMENTO DA ESTERELIZAÇÃO; ACOMPANHA BICO EM SILICONE ORTODÔNTICO P/LÍQUIDOS POUCO CONSISTENTES; ATÓXICO; INSÍPIDO; SEM REBARBAS E BORDAS CORTANTES; COM CAPACIDADE PARA 160 ML; ROTULAGEM COM INDICAÇÃO DE FABRICAÇÃO; N.LOTE; PROCEDÊNCIA E VALIDADE; DE ACORDO COM A NBR 13.793, COM CERTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA E SELO DO INMETRO.
48	UNID.	-	37	MAMADEIRA, EM POLIPROPILENO, COM BICO DE SILICONE ORTODONTICO, CAPACIDADE 160ML MAMADEIRA; COM FRASCO, CAPUZ, TAMPA E DISCO EM POLIPROPILENO, COLORIDO; ISENTO DE BISFENOL A; RESISTENTE A TEMPERATURA DE NO MÍNIMO100°C NO MOMENTO DA ESTERELIZAÇÃO; ACOMPANHA BICO EM SILICONE ORTODÔNTICO P/LÍQUIDOS POUCO CONSISTENTES; ATÓXICO; INSÍPIDO; SEM REBARBAS E BORDAS CORTANTES; COM CAPACIDADE PARA 160 ML; ROTULAGEM COM INDICAÇÃO DE FABRICAÇÃO; N.LOTE; PROCEDÊNCIA E VALIDADE; DE ACORDO COM A NBR 13.793, COM CERTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA E SELO DO INMETRO.
49	UNID.	113	-	MAMADEIRA, EM POLIPROPILENO, COM BICO SILICONE ORTODONTICO, CAPAC. 250ML MAMADEIRA; COM FRASCO, CAPUZ, TAMPA E DISCO EM POLIPROPILENO, COLORIDO; ISENTO DE BISFENOL A; RESISTENTE A TEMPERATURA DE NO MÍNIMO100°C NO MOMENTO DA ESTERELIZAÇÃO; ACOMPANHA BICO EM SILICONE ORTODONTICO P/LIQUIDOS POUCO



				CONSISTENTES; ATOXICO; INSIPIDO; SEM REBARBAS E BORDAS CORTANTES; COM CAPACIDADE PARA 250 ML; ROTULAGEM COM INDICACAO DE FABRICACAO; N.LOTE; PROCEDENCIA E VALIDADE; DE ACORDO COM A NBR 13.793, COM CERTIFICACAO COMPULSORIA E SELO DO INMETRO.
50	UNID	-	37	MAMADEIRA, EM POLIPROPILENO, COM BICO SILICONE ORTODONTICO, CAPAC. 250ML MAMADEIRA; COM FRASCO, CAPUZ, TAMPA E DISCO EM POLIPROPILENO, COLORIDO; ISENTO DE BISFENOL A; RESISTENTE A TEMPERATURA DE NO MÍNIMO 100°C NO MOMENTO DA ESTERELIZAÇÃO; ACOMPANHA BICO EM SILICONE ORTODONTICO P/LIQUIDOS POUCO CONSISTENTES; ATOXICO; INSIPIDO; SEM REBARBAS E BORDAS CORTANTES; COM CAPACIDADE PARA 250 ML; ROTULAGEM COM INDICACAO DE FABRICACAO; N.LOTE; PROCEDENCIA E VALIDADE; DE ACORDO COM A NBR 13.793, COM CERTIFICACAO COMPULSORIA E SELO DO INMETRO.
51	UNID.	225	-	ESPONJA DE BANHO INFANTIL – ESPONJA EM ESPUMA, DELICADA DE EXCELENTE QUALIDADE. DIMENSÕES: 12,6 X 7,3 X 5,1 CENTÍMETROS.
52	UNID.	-	75	ESPONJA DE BANHO INFANTIL – ESPONJA EM ESPUMA, DELICADA DE EXCELENTE QUALIDADE. DIMENSÕES: 12,6 X 7,3 X 5,1 CENTÍMETROS.
53	UNID.	225	-	TOALHA DE BANHO COM MEDIDAS MINIMAS DE 70 X 120 CM – 100% ALGODÃO.
54	UNID	-	75	TOALHA DE BANHO COM MEDIDAS MINIMAS DE 70 X 120 CM – 100% ALGODÃO.
55	UNID.	225	-	FRALDA EM TECIDO 100% ALGODÃO, BRANCA, PACOTE COM 5 PECAS NO TAMANHO DE 0.70 X 0.70 CM CADA
56	UNID	-	75	FRALDA EM TECIDO 100% ALGODÃO, BRANCA, PACOTE COM 5 PECAS NO TAMANHO DE 0.70 X 0.70 CM CADA
57	UNID.	75	-	PANO DE BOCA C/ BORDADO, BRANCA, 100 % ALGODÃO, TECIDO DUPLO MIN DE 32 X 32 CM, EM CONJUNTOS/KITS DE 03 UNIDADES CADA.
58	UNID	-	25	PANO DE BOCA C/ BORDADO, BRANCA, 100 % ALGODÃO, TECIDO DUPLO MIN DE 32 X 32 CM, EM CONJUNTOS/KITS DE 03 UNIDADES CADA
59	PCT.	375	-	ELÁSTICO PARA CABELO INFANTIL, COMPOSIÇÃO: BORRACHA NATURAL SINTÉTICA E ÓLEO PÁRAFÍNICO, EMBALAGEM COM QUANTIDADE IGUAL OU SUPERIOR A 12 UNIDADE EM CORES SORTIDAS.
60	PCT.	-	125	ELÁSTICO PARA CABELO INFANTIL, COMPOSIÇÃO: BORRACHA NATURAL SINTÉTICA E ÓLEO PÁRAFÍNICO, EMBALAGEM COM QUANTIDADE IGUAL OU SUPERIOR A 12 UNIDADE EM CORES SORTIDAS.



61	UNID.	38	-	ESCOVA DE CABELO, CERDAS DE NYLON COM PONTAS PROTETORAS QUE MASSAGEIAM O COURO CABELUDO PARA TODOS OS TIPOS DE CABELO, PRODUTO DE ALTA QUALIDADE. DIMENSÕES DO PRODUTO: 4 X 6,4 X 20 CM; 60 G
62	UNID	-	12	ESCOVA DE CABELO, CERDAS DE NYLON COM PONTAS PROTETORAS QUE MASSAGEIAM O COURO CABELUDO PARA TODOS OS TIPOS DE CABELO, PRODUTO DE ALTA QUALIDADE. DIMENSÕES DO PRODUTO: 4 X 6,4 X 20 CM; 60 G
63	UNID.	38	-	ESCOVA DE CABELO, CERDAS DE NYLON COM PONTAS PROTETORAS QUE MASSAGEIAM O COURO CABELUDO PARA TODOS OS TIPOS DE CABELO, PRODUTO DE ALTA QUALIDADE. DIMENSÕES DO PRODUTO: 27 X 10,2 X 4,5 CM; 60 G
64	UNID	-	12	ESCOVA DE CABELO, CERDAS DE NYLON COM PONTAS PROTETORAS QUE MASSAGEIAM O COURO CABELUDO PARA TODOS OS TIPOS DE CABELO, PRODUTO DE ALTA QUALIDADE. DIMENSÕES DO PRODUTO: 27 X 10,2 X 4,5 CM; 60 G
65	UNID.	38	-	ESCOVA DE CABELO, CERDAS DE NYLON COM PONTAS PROTETORAS QUE MASSAGEIAM O COURO CABELUDO, PARA TODOS OS TIPOS DE CABELO, PRODUTO DE ALTA QUALIDADE. DIMENSÕES DO PRODUTO: 31 X 10,3 X 4,2 CM; 0,17 G
66	UNID	-	12	ESCOVA DE CABELO, CERDAS DE NYLON COM PONTAS PROTETORAS QUE MASSAGEIAM O COURO CABELUDO, PARA TODOS OS TIPOS DE CABELO, PRODUTO DE ALTA QUALIDADE. DIMENSÕES DO PRODUTO: 31 X 10,3 X 4,2 CM; 0,17 G
67	UNID.	38	-	LENÇOL DE BERÇO COM ELÁSTICO - 1,40X0,80X0,20M CONFECCIONADO EM TERGAL 50% ALGODÃO E 50% POLIESTER, TRAMA COM 160 FIOS NO MÍNIMO,
68	UNID	-	12	LENÇOL DE BERÇO COM ELÁSTICO - 1,40X0,80X0,20M CONFECCIONADO EM TERGAL 50% ALGODÃO E 50% POLIESTER, TRAMA COM 160 FIOS NO MÍNIMO,
69	UNID.	225	-	MORDEDOR CONFECCIONADO EM PLÁSTICO COLORIDO, ATÓXICO, E BORRACHAS APROPRIADAS PARA BEBÊS, POLIPROPILENO, COLORIDO (CORES DIVERSAS) DIMENSÕES DO ITEM C X L X 10 X 90 X 100 MILÍMETROS
70	UNID	-	75	MORDEDOR CONFECCIONADO EM PLÁSTICO COLORIDO, ATÓXICO, E BORRACHAS APROPRIADAS PARA BEBÊS, POLIPROPILENO, COLORIDO (CORES DIVERSAS)



				DIMENSÕES DO ITEM C X L X 10 X 90 X 100 MILÍMETROS
71	UNID.	225	-	CREME DENTAL INFANTIL – COM FLUOR EMBALAGEM COM 90 GR, APROVADO PELA ABO – (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ODONTOLOGIA), COM VALIDADE MINIMA DE 12 MESES CONTADA A PARTIR DA DATA DA ENTREGA DO PRODUTO.
72	UNID	-	75	CREME DENTAL INFANTIL – COM FLUOR EMBALAGEM COM 90 GR, APROVADO PELA ABO – (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ODONTOLOGIA), COM VALIDADE MINIMA DE 12 MESES CONTADA A PARTIR DA DATA DA ENTREGA DO PRODUTO.
73	UNID.	113	-	CREME DE CABELO PARA PENTEAR SEM ENXAGUE – EMBALAGEM 300 ML.
74	UNID	-	37	CREME DE CABELO PARA PENTEAR SEM ENXAGUE – EMBALAGEM 300 ML.
75	UNID.	263	-	'COPINHO' DE TRANSIÇÃO COM BICO PARA SUCO E AGUA, UNISSEX. CAPACIDADE: 350 MILLILITERS
76	UNID	-	87	'COPINHO' DE TRANSIÇÃO COM BICO PARA SUCO E AGUA, UNISSEX. CAPACIDADE: 350 MILLILITERS
77	UNID.	150	-	TOALHA DE ROSTO, MEDIDA MINIMA DE 49 CM X 54 CM, COM GRAMATURA MEDIA.
78	UNID	-	50	TOALHA DE ROSTO, MEDIDA MINIMA DE 49 CM X 54 CM, COM GRAMATURA MEDIA.
79	UNID	15	-	ROLO PAPEL LENÇOL, O ROLO DEVE TER MEDIDA MINIMA DE 50CM X 50 M.
80	UNID	-	5	ROLO PAPEL LENÇOL, O ROLO DEVE TER MEDIDA MINIMA DE 50CM X 50 M.
81	UNID.	15	-	CAIXA TERMICA 20 LITROS.
82	UNID.	-	5	CAIXA TERMICA 20 LITROS.
83	UNID.	15	-	CAIXA TERMICA 45 LITROS.
84	UNID	-	5	CAIXA TERMICA 45 LITROS.
85	UNID.	38	-	CAIXA ORGANIZADORA 5 LITROS.TRANSPARENTE COM TAMPA
86	UNID	-	12	CAIXA ORGANIZADORA 5 LITROS.TRANSPARENTE COM TAMPA
87	UNID.	38	-	CAIXA ORGANIZADORA 10 LITROS. TRANSPARENTE COM TAMPA
88	UNID	-	12	CAIXA ORGANIZADORA 10 LITROS. TRANSPARENTE COM TAMPA
89	UNID.	38	-	CAIXA ORGANIZADORA 15 LITROS. TRANSPARENTE COM TAMPA
90	UNID.	-	12	CAIXA ORGANIZADORA 15 LITROS. TRANSPARENTE COM TAMPA
91	UNID.	38	-	CAIXA ORGANIZADORA 20 LITROS. TRANSPARENTE COM TAMPA
92	UNID	-	12	CAIXA ORGANIZADORA 20 LITROS. TRANSPARENTE COM TAMPA
93	UNID.	38	-	CAIXA ORGANIZADORA 40 LITROS. TRANSPARENTE COM TAMPA



94	UNID	-	12	CAIXA ORGANIZADORA 40 LITROS. TRANSPARENTE COM TAMPA
95	UNID.	38	-	CAIXA ORGANIZADORA 60 LITROS. TRANSPARENTE COM TAMPA
96	UNID.	-	12	CAIXA ORGANIZADORA 60 LITROS. TRANSPARENTE COM TAMPA
97	UNID.	38	-	CAIXA ORGANIZADORA 80 LITROS. TRANSPARENTE COM TAMPA
98	UNID.	-	12	CAIXA ORGANIZADORA 80 LITROS. TRANSPARENTE COM TAMPA
99	UNID.	38	-	CAIXA ORGANIZADORA 100 LITROS. TRANSPARENTE COM TAMPA
100	UNID.	-	12	CAIXA ORGANIZADORA 100 LITROS. TRANSPARENTE COM TAMPA
101	UNID.	150	-	PENTE FINO COM CABO (PARA LÊNDEAS E 'PIOLHOS'). MEDIDAS: 16 X 4,5 X 0,4 CM; 6,9 G
102	UNID.	-	50	PENTE FINO COM CABO (PARA LÊNDEAS E 'PIOLHOS'). MEDIDAS: 16 X 4,5 X 0,4 CM; 6,9 G
103	UNID.	113	-	SHAMPOO PARA PIOLHOS FRASCO DE 100 ML. DERMATOLOGICAMENTE TESTADO, FORMULADO PARA CABELOS CABELOS-COM-PIOLHOS.
104	UNID.	-	37	SHAMPOO PARA PIOLHOS FRASCO DE 100 ML. DERMATOLOGICAMENTE TESTADO, FORMULADO PARA CABELOS CABELOS-COM-PIOLHOS.
105	UNID.	38	-	ÓLEO HIDRATANTE PARA CRIANÇAS, TESTADO DERMATOLOGICAMENTE 200ML.
106	UNID.	-	12	ÓLEO HIDRATANTE PARA CRIANÇAS, TESTADO DERMATOLOGICAMENTE 200ML.
107	PCT	38	-	ELÁSTICO DE SILICONE PARA CABELO, TAMANHO PEQUENO, DE COR TRANSPARENTE OU COLORIDO. PACOTE DEVENDO CONTER 50 OU 100 UNIDADES
108	PCT	-	12	ELÁSTICO DE SILICONE PARA CABELO, TAMANHO PEQUENO, DE COR TRANSPARENTE OU COLORIDO. PACOTE DEVENDO CONTER 50 OU 100 UNIDADES
109	UNID.	38	-	ÁGUA BORICADA. AGUA BORICADA 3% ADV FRASCO 100ML
110	UNID	-	12	ÁGUA BORICADA. AGUA BORICADA 3% ADV FRASCO 100ML
111	UNID	150	-	LENÇO UMEDECIDO. PRODUTO TESTADO DERMATOLOGICAMENTE: SEM SABÃO NEM ÁLCOOL, PARA LIMPAR DELICADAMENTE AS DOBRINHAS DA PELE DO BEBÊ. FÓRMULA HIDRATANTE E HIPOALERGÊNICA. EMBALAGEM



				TIPO FLIP FLOP, QUE ASSEGURA A UMIDADE E A MACIEZ, CONTENDO NO MÍNIMO 96 UNIDADES, MEDINDO APROXIMADAMENTE 19X16 CM, CADA. PRODUTO DEVERÁ POSSUIR VALIDADE MÍNIMA DE 06 (SEIS) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.
112	UNID	-	50	LENÇO UMEDECIDO. PRODUTO TESTADO DERMATOLOGICAMENTE: SEM SABÃO NEM ÁLCOOL, PARA LIMPAR DELICADAMENTE AS DOBRINHAS DA PELE DO BEBÊ. FÓRMULA HIDRATANTE E HIPOALERGÊNICA. EMBALAGEM TIPO FLIP FLOP, QUE ASSEGURA A UMIDADE E A MACIEZ, CONTENDO NO MÍNIMO 96 UNIDADES, MEDINDO APROXIMADAMENTE 19X16 CM, CADA. PRODUTO DEVERÁ POSSUIR VALIDADE MÍNIMA DE 06 (SEIS) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.
113	UNID	188	-	POMADA ANTIASSADURA INFANTIL PARA PREVENÇÃO DE ASSADURAS. PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR FÓRMULA QUE PROTEJA O BEBÊ DAS ASSADURAS, MANTENDO A HIDRATAÇÃO NATURAL DA PELE, ATRAVÉS DO ESTABELECIMENTO DE UMA BARREIRA MECÂNICA ENTRE A PELE DO BEBÊ, A URINA E AS FEZES, EVITANDO QUE ESTAS ENTREM EM CONTATO COM A PELE, CAUSANDO ASSADURAS. O PRODUTO DEVERÁ POSSUIR CHEIRO AGRADÁVEL E SER FÁCIL DE ESPALHAR E DE REMOVER. EMBALAGEM CONTENDO 60 GRAMAS. PRODUTO DEVERÁ SER DERMATOLOGICAMENTE TESTADO. QUALIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR ÀS MARCAS: BEPANTOL, HIPOGLÓS E DERMODEX PREVENT. VALIDADE MÍNIMA DE 06 (SEIS) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.
114	UNID	-	62	POMADA ANTIASSADURA INFANTIL PARA PREVENÇÃO DE ASSADURAS. PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR FÓRMULA QUE PROTEJA O BEBÊ DAS ASSADURAS, MANTENDO A HIDRATAÇÃO NATURAL DA PELE, ATRAVÉS DO ESTABELECIMENTO DE UMA BARREIRA MECÂNICA ENTRE A PELE DO BEBÊ, A URINA E AS FEZES, EVITANDO QUE ESTAS ENTREM EM CONTATO COM A PELE, CAUSANDO ASSADURAS. O PRODUTO DEVERÁ POSSUIR CHEIRO AGRADÁVEL E SER FÁCIL DE ESPALHAR E DE REMOVER. EMBALAGEM CONTENDO 60 GRAMAS. PRODUTO DEVERÁ SER DERMATOLOGICAMENTE TESTADO. QUALIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR ÀS MARCAS: BEPANTOL, HIPOGLÓS E DERMODEX PREVENT. VALIDADE MÍNIMA DE 06 (SEIS) MESES A

				PARTIR DA DATA DE ENTREGA.
115	UNID	150	-	POMADA NISTATINA MAIS OXIDO DE ZINCO POMADA PARA PREVENÇÃO E TRATAMENTO DE ASSADURAS 60G
116	UNID	-	50	POMADA NISTATINA MAIS OXIDO DE ZINCO POMADA PARA PREVENÇÃO E TRATAMENTO DE ASSADURAS 60G
117	UNID	150	-	POMADA PARA HEMATOMAS, INFLAMAÇÕES CONTUSÕES ' POMADA POLISSULFATO DE MUCOPOLISSACARÍDEO HIRUDOID'.OU SEMELHANTE. PESO LIQUIDO 40G CONTÉM:EXCIPIENTES: ÁCIDO ESTEÁRICO, ÁLCOOL MIRISTÍLICO, ÁLCOOL CETOESTEARÍLICO, BASE OLEOSA, GLICEROL, HIDRÓXIDO DE POTÁSSIO, TIMOL, ÁLCOOL ISOPROPÍLICO, METILPARABENO, PROPILPARABENO, ÁGUA PURIFICADA.
118	UNID	-	50	POMADA PARA HEMATOMAS, INFLAMAÇÕES CONTUSÕES ' POMADA POLISSULFATO DE MUCOPOLISSACARÍDEO HIRUDOID'.OU SEMELHANTE. PESO LIQUIDO 40G CONTÉM:EXCIPIENTES: ÁCIDO ESTEÁRICO, ÁLCOOL MIRISTÍLICO, ÁLCOOL CETOESTEARÍLICO, BASE OLEOSA, GLICEROL, HIDRÓXIDO DE POTÁSSIO, TIMOL, ÁLCOOL ISOPROPÍLICO, METILPARABENO, PROPILPARABENO, ÁGUA PURIFICADA.
119	CAIXA	30	-	CURATIVOS TRADICIONAIS INDICADOS PARA COBRIR E PROTEGER LESÕES E FERIMENTOS, MANTENDO A UMIDADE NATURAL DA PELE. SEU FORMATO E MATERIAL FLEXÍVEL SE ADAPTA A DIFERENTES ÁREAS DO CORPO DESCRIÇÃO: BEGE TRANSPARENTE RESPIRÁVEL HIPOALERGÊNICO 19MM X 76MM EMBALADO INDIVIDUALMENTE COMPOSIÇÃO: FILME DE POLIETILENO COM ADESIVO ACRÍLICO HIPOALERGÊNICO; ALMOFADA ABSORVENTE DE NÃO TECIDO (TNT); PAPEL GLASSINE. PRODUTO ESTÉRIL: ÓXIDO DE ETILENO 40 UNIDADES EM CADA CAIXA.
120	CAIXA	-	10	CURATIVOS TRADICIONAIS INDICADOS PARA COBRIR E PROTEGER LESÕES E FERIMENTOS, MANTENDO A UMIDADE NATURAL DA PELE. SEU FORMATO E MATERIAL FLEXÍVEL SE ADAPTA A DIFERENTES ÁREAS DO CORPO DESCRIÇÃO: BEGE TRANSPARENTE RESPIRÁVEL HIPOALERGÊNICO 19MM X 76MM EMBALADO INDIVIDUALMENTE COMPOSIÇÃO: FILME DE POLIETILENO COM ADESIVO ACRÍLICO HIPOALERGÊNICO; ALMOFADA ABSORVENTE DE NÃO TECIDO (TNT); PAPEL GLASSINE. PRODUTO ESTÉRIL: ÓXIDO DE

				ETILENO 40 UNIDADES EM CADA CAIXA.
121	UNID	38	-	FITA "MICROPORE", COM 2,5MM (OU MENOS) X 10M.
122	UNID	-	12	FITA "MICROPORE", COM 2,5MM (OU MENOS) X 10M.
123	UNID	38	-	ATADURA DE CREPOM 13 FIOS DE 10CM X 1,8 METROS EM REPOUSO (SEM ESTICAR) COMPOSIÇÃO: 80% ALGODÃO, 16% POLIESTER E 4% ELASTANO NÃO ESTÉRIL MACIA E RESISTENTE. INDICADA PARA FIXAÇÃO DE CURATIVOS EM GERAL, TERAPIA COMPRESSIVA, IMOBILIZAÇÃO DE MEMBROS, PREVENÇÃO DE LESÕES NA PRÁTICA ESPORTIVA, ENTRE OUTROS. POSSUI ELASTICIDADE ADEQUADA AO SEU USO, FABRICADAS COM TECIDO DE ALGODÃO CRU, BAIXA DENSIDADE DE FIOS EM SUA TRAMA, MALHA SIMPLES DE COR NATURAL.
124	UNID	-	12	ATADURA DE CREPOM 13 FIOS DE 10CM X 1,8 METROS EM REPOUSO (SEM ESTICAR) COMPOSIÇÃO: 80% ALGODÃO, 16% POLIESTER E 4% ELASTANO NÃO ESTÉRIL MACIA E RESISTENTE. INDICADA PARA FIXAÇÃO DE CURATIVOS EM GERAL, TERAPIA COMPRESSIVA, IMOBILIZAÇÃO DE MEMBROS, PREVENÇÃO DE LESÕES NA PRÁTICA ESPORTIVA, ENTRE OUTROS. POSSUI ELASTICIDADE ADEQUADA AO SEU USO, FABRICADAS COM TECIDO DE ALGODÃO CRU, BAIXA DENSIDADE DE FIOS EM SUA TRAMA, MALHA SIMPLES DE COR NATURAL.
125	PCT	38	-	COMPRESSAS DE GAZE ESTÉRIL 13 FIOS/CM ² PACOTE COM 10 UNIDADES DE GAZE EM CADA PACOTE;. 100% ALGODÃO; 5 DOBRAS; 8 CAMADAS; 13 FIOS/CM ² ; TAMANHO 7,5X7,5CM ESTERILIZADO POR ÓXIDO DE ETILENO; VALIDO POR 36 MESES À PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO. POSSUEM GRANDE CAPACIDADE DE ABSORÇÃO DE LÍQUIDOS. ARTIGO MÉDICO-HOSPITALAR DE USO ÚNICO,.. PRODUZIDAS EM TECIDO 100% ALGODÃO, HIDRÓFILO, ISENTO DE ALVEJANTE ÓPTICO E AMIDO, SENDO UM PRODUTO INSÍPIDO E INODORO (NÃO TEM SABOR E NEM CHEIRO). SÃO ESTERILIZADAS POR GÁS DE ÓXIDO DE ETILENO OU RAIOS GAMA COBALTO. EMBALADAS EM PAPEL CIRURGICO E FILME PLÁSTICO OFERECENDO UMA ÓTIMA BARREIRA MICROBIOLÓGICA. COMPLETAMENTE LIVRES DE AGENTES CONTAMINANTES. INDICADAS PARA USO MÉDICO-HOSPITALAR, ODONTOLÓGICO, ESTÉTICO EM DIVERSOS



				PROCEDIMENTOS TAIS COMO, CIRÚRGICOS, ASSEPSIAS E CURATIVOS EM GERAL. CONSERVAR EM LOCAL SECO, AREJADO E PROTEGIDO DE GRANDES VARIAÇÕES DE TEMPERATURA. ANVISA 81474190002
126	PCT	-	12	COMPRESSAS DE GAZE ESTÉRIL 13 FIOS/CM ² PACOTE COM 10 UNIDADES DE GAZE EM CADA PACOTE;. 100% ALGODÃO; 5 DOBRAS; 8 CAMADAS; 13 FIOS/CM ² ; TAMANHO 7,5X7,5CM ESTERILIZADO POR ÓXIDO DE ETILENO; VALIDO POR 36 MESES À PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO. POSSUEM GRANDE CAPACIDADE DE ABSORÇÃO DE LÍQUIDOS. ARTIGO MÉDICOHOSPITALAR DE USO ÚNICO,.. PRODUZIDAS EM TECIDO 100% ALGODÃO, HIDRÓFILO, ISENTO DE ALVEJANTE ÓPTICO E AMIDO, SENDO UM PRODUTO INSÍPIDO E INODORO (NÃO TEM SABOR E NEM CHEIRO). SÃO ESTERILIZADAS POR GÁS DE ÓXIDO DE ETILENO OU RAIOS GAMA COBALTO. EMBALADAS EM PAPEL CIRURGICO E FILME PLÁSTICO OFERECENDO UMA ÓTIMA BARREIRA MICROBIOLÓGICA. COMPLETAMENTE LIVRES DE AGENTES CONTAMINANTES. INDICADAS PARA USO MÉDICO-HOSPITALAR, ODONTOLÓGICO, ESTÉTICO EM DIVERSOS PROCEDIMENTOS TAIS COMO, CIRÚRGICOS, ASSEPSIAS E CURATIVOS EM GERAL. CONSERVAR EM LOCAL SECO, AREJADO E PROTEGIDO DE GRANDES VARIAÇÕES DE TEMPERATURA. ANVISA 81474190002
127	UNID	23	-	SORO FISIOLÓGICO GARRAFA COM TAMPA 500ML INDICADO PARA NEBULIZAÇÃO, LAVAGENS DE LENTES DE CONTATO, FERIMENTOS E HIDRATAÇÃO DA PELE.COMPOSIÇÃO: CLORETO DE SÓDIO 0,9%. EXCIPIENTE: ÁGUA PURIFICADA.
128	UNID	-	7	SORO FISIOLÓGICO GARRAFA COM TAMPA 500ML INDICADO PARA NEBULIZAÇÃO, LAVAGENS DE LENTES DE CONTATO, FERIMENTOS E HIDRATAÇÃO DA PELE.COMPOSIÇÃO: CLORETO DE SÓDIO 0,9%. EXCIPIENTE: ÁGUA PURIFICADA.
129	UNID	38	-	TERMÔMETRO DIGITAL COM AVISO SONORO. PRODUTO 100% RESISTENTE À ÁGUA. POSSUI BEEP SONORO DE AVISO DE MEDIÇÃO, DISPLAY LCD DE FÁCIL VISUALIZAÇÃO, ALARME DE FEBRE, MEMÓRIA DA ÚLTIMA MEDIÇÃO, DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO E INDICADOR DE BATERIA FRACA. PRODUTO DEVERÁ SER APROVADO PELO INMETRO. GARANTIA MÍNIMA DE UM 1 ANO A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.



130	UNID	-	12	TERMÔMETRO DIGITAL COM AVISO SONORO. PRODUTO 100% RESISTENTE À ÁGUA. POSSUI BEEP SONORO DE AVISO DE MEDIÇÃO, DISPLAY LCD DE FÁCIL VISUALIZAÇÃO, ALARME DE FEBRE, MEMÓRIA DA ÚLTIMA MEDIÇÃO, DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO E INDICADOR DE BATERIA FRACA. PRODUTO DEVERÁ SER APROVADO PELO INMETRO. GARANTIA MÍNIMA DE UM 1 ANO A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.	
-----	------	---	----	--	--

1.2. Da natureza do objeto

(x) Não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto n.º 2.355, de 16 de dezembro de 2022

() Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, com características e especificações usuais de mercado.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A compra de itens infantis para atender a este departamento se justifica na promoção do bem-estar e o desenvolvimento saudável das crianças que integram o ensino público municipal. Os itens de cuidado, higiene pessoal, e de organização do ambiente de trabalho que estarão no processo licitatório irão gerar um ambiente propício ao aprendizado e ao crescimento físico e emocional dos pupilos, sendo que a disponibilidade desses itens permitirá que eles se concentrem nas atividades educacionais e recreativas que integrarão seus currículos.

A compra de itens para creche será uma forma de apoiar as famílias de baixa renda, garantindo que suas crianças tenham acesso a recursos essenciais para seu desenvolvimento que, fora do ambiente escolar, talvez não tivessem acesso. Isso contribui para a equidade educacional e social da comunidade, mas não só: também se verão auxiliadas aquelas crianças que possuem algum tipo de dificuldade, com a inclusão de produtos que as atenderão.

Por fim, o processo licitatório dará cabo ao cumprimento das normas e regulamentações destinadas à segurança e ao bem-estar das crianças em ambientes educacionais. A aquisição de itens infantis de qualidade e que atendam a essas normas é essencial para o cumprimento das regulamentações municipais e nacionais.

3. DOS PARÂMETROS DA LICITAÇÃO

3.1. Será adotado o Sistema de Registro de Preços – SRP?

(x) Sim

() Não

Para aquisições futuras e parceladas de itens comumente utilizadas nas creches municipais, será adotado o sistema de registro de preços, conforme previsto no artigo



43 do Decreto Municipal nº 2.487, de 14 de agosto de 2023, que regulamenta a Lei nº 14.133/2021 no âmbito do Município, apresenta-se como medida apropriada. Isso se deve à necessidade de contratações frequentes e à impossibilidade de definir previamente o quantitativo exato a ser demandado pela Administração.

3.2. Será adotado tratamento diferenciado a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 (alterado pela Lei Complementar nº 147/2014):

- Valor referencial inferior a R\$ 80.000,00 por item (participação exclusiva para ME/EPP).
- Não será adotado, valor referencial superior a R\$ 80.000,00 por item

3.3. Haverá necessidade de vistoria prévia (visita técnica)?

- Vistoria obrigatória
- Vistoria facultativa
- Não será exigida vistoria.

3.4. Será admitida a participação de consórcios?

- Sim
- Não

Justificativa:

Considerando as condições dos serviços exigidos conforme as “dimensões e complexidade do objeto”, não requer complexidade para que seja necessária a atuação de duas ou mais empresas consorciadas, eis que apenas uma empresa poderá prestar o serviço com a qualidade adequada e não seria viável que duas empresas com objetos similares se reunissem em um consórcio para a prestação dos serviços licitados em virtude das dimensões e características dos mesmos, razão pela qual resta justificada a inadmissão de Consórcios.

3.5. Será admitida a participação de cooperativas?

- Sim
- Não

Justificativa:

Conforme orienta a jurisprudência do TCU, aplicada também aos municípios, é



vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de personalidade e habitualidade, exatamente o que requer a contratação dos serviços ora licitados, por tal razão fica vedada a participação de cooperativas.

3.6. Será admitida a subcontratação?

() Sim

(x) Não

3.7. Do agrupamento de itens em lotes

A aquisição/contratação se dará em lotes?

() Sim

(x) Não

4. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

4.1. Serão exigidos documentos adicionais juntamente com a proposta de preços (para análise da equipe técnica na fase de julgamento da proposta final de preços):

() Sim

(x) Não

4.2. Será exigida amostra do(s) produto(s)/demonstração do(s) serviço(s):

() Sim

(x) Não

4.3. Será exigida prova de conceito?

() Sim

(x) Não

4.4. Será exigida carta de solidariedade?

() Sim

(x) Não



4.5. Será exigida garantia de proposta?

- () Sim
(x) Não

5. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

5.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- (a). Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- (b). Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- (c). Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- (d). Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- (e). Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- (f). Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- (g). Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no

Registro onde tem sede a matriz;

- (h). Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

5.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- (a). Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- (b). Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativo à sede ou ao domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- (c). Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com Efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;
- (d). Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Municipal, da sede ou do domicílio do licitante, relativa aos tributos incidentes sobre o objeto desta licitação;
- (e). Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- (f). Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.

5.2.1. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, porém, será obrigatória a apresentação durante a fase de habilitação dos documentos exigidos neste subitem, ainda que os mesmos veiculem restrições impeditivas à referida comprovação. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação da homologação do certame, prorrogáveis por igual período, a critério deste Município, para a regularização da documentação, com emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. A não regularização da documentação implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais, procedendo-se à convocação dos licitantes remanescentes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório.

5.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- (a). Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante – (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

5.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- (a). Prova de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação, por meio da apresentação de Atestado(s) ou Certidão(ões), expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, necessariamente em nome do licitante.

Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor. Este disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

O(s) Atestado(s) ou certidão(ões) poderão ser objeto de diligência, a critério deste Município, para verificação de autenticidade de seu conteúdo, podendo a critério da administração serem requisitadas informações e documentos necessários à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, tais como, dentre outros documentos, cópia do contrato que tenha dado suporte à contratação e Notas Fiscais.

6. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Prazo de entrega/execução

O prazo para execução será de 12 (doze) meses, sendo que o prazo de entrega dos produtos será de 05 (cinco) dias úteis após o envio do pedido para a empresa, não havendo pedido mínimo para a entrega.

6.2. Local, horário e endereço de entrega/execução.

As quantidades serão estipuladas pelo Departamento Municipal de Educação, sendo o local de entrega a sede do departamento, que se encontra situada na Rua José Bonifácio, nº 424, Centro, Salto Grande/SP, no CEP 19.920-035. O horário será o comercial, das 08h às 11h e das 13h às 16h30min, de segunda a sexta-feira.



6.3. Bens perecíveis

- Não
 Sim
 Inaplicável

6.4. Garantia de execução do contrato

Será exigida garantia de execução do contrato, nos moldes do Artigos 96 a 102 da Lei nº 14.133/21.

- Não
 Sim

6.5. Garantia do produto/serviço, manutenção e assistência técnica

Dada a natureza dos serviços, não será exigida garantia dos produtos.

7. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

7.1 Da contratada

- a) Obriga-se a empresa vencedora:
- b) Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência da Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;
- c) Ao fornecimento do objeto, ou prestação dos serviços e acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;
- d) Responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto ou prestação dos serviços objeto do edital;
- e) Reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verificarem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;
- f) Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto ou prestação dos serviços;
- g) Apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional (quando aplicável);
- h) Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do

contrato ou da Ata de Registro de Preços;

- i) Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;
- j) A estender aos contratos objeto da Ata, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;
- k) Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do objeto contratado;
- l) Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;
- m) Mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta (quando aplicável);
- n) Manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;
- o) Efetuar a entrega dos produtos em perfeitas condições, no prazo de 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS após o envio do pedido para a empresa, sendo que o local será a sede do Departamento Municipal de Educação, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia.
- p) Os produtos devem conter o prazo de validade mínimo de 12 (doze) Meses;
- q) Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de até 03 (três) dias corridos, contado da solicitação da Administração Municipal, os materiais em que se verificarem vícios, defeitos, ou incorreções;
- r) Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- s) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação



exigidas na licitação;

- t) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
- u) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- v) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
- w) Responder pelos danos causados diretamente à Administração Municipal ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo no fornecimento dos materiais;
- x) Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências da Prefeitura Municipal e seus órgãos;
- y) Responsabilizar-se pelo transporte, acondicionamento e entrega, inclusive o descarregamento, dos materiais.

DAS CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DA ENTREGA

- I. Os produtos deverão ter no mínimo de 70% de seu prazo de validade total, contando a partir de sua fabricação, quando de sua entrega nos locais indicados na Autorização de Fornecimento.
- II. Em caso de irregularidade não sanada pelo licitante vencedor, a Administração, por meio de seu representante, reduzirá a termo os fatos ocorridos e encaminhará à autoridade competente para que sejam tomadas as providências legais pertinentes;
- III. Sendo necessárias providências por parte do FORNECEDOR, os prazos para pagamento serão suspensos e considerados os fornecimentos em atrasos, sujeitando-o à aplicação de multa sobre o valor considerado em atraso e, conforme o caso, a outras sanções estabelecidas na lei, nesta Ata e no ato convocatório;
- IV. Os produtos objeto da presente licitação deverão ser entregues no prazo indicado neste Termo de Referência, durante o horário comercial, mediante agendamento prévio, de acordo com o endereço indicado na Autorização de Fornecimento.
- V. O fornecedor será responsável pela entrega e pelo descarregamento dos

produtos adquiridos pelo Departamento Municipal de Educação nos locais de entrega indicados na Autorização de Fornecimento.

DO TRANSPORTE

- a) O acondicionamento e transporte dos produtos devem ser feitos dentro do preconizado para esses materiais e devidamente protegido do pó, variações de temperatura e demais especificações que riskem comprometer sua integridade.

DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DO OBJETO

- b) Não será admitida a entrega de produtos pela Contratada sem que esta esteja de posse da Autorização de Fornecimento, Nota de Empenho ou outro instrumento similar respectivo e devidamente acompanhado dos documentos fiscais respectivos (Nota Fiscal/Fatura).
- c) Os produtos fornecidos devem corresponder às especificações e quantitativos constantes da Nota de Empenho de despesa, Autorização de Fornecimento ou outro instrumento similar;
- d) De posse dos documentos que devem acompanhar os produtos, objeto da licitação, serão os mesmos recebidos provisoriamente pelo servidor da Administração ou comissão responsável, mediante termo circunstanciado, para posterior verificação de especificações, da qualidade, da quantidade, dos prazos, dos preços e de outros dados pertinentes;
- e) Quando do recebimento, o servidor da Administração ou comissão responsável, verificará se foram atendidas todas as exigências legais pertinentes e toda a observação específica no Edital e anexos;
- f) Aprovando os produtos recebidos, após as verificações necessárias, o servidor ou comissão responsável, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua efetiva entrega, receberá os produtos em caráter definitivo, mediante recibo, o qual ratificará o termo circunstanciado de recebimento provisório, podendo, entretanto, retificá-lo nos itens necessários;
- g) Encontrando irregularidades no recebimento do objeto, o servidor ou comissão responsável, fixará aos FORNECEDORES o prazo de 03 (três) dias úteis para promoverem as correções necessárias, sob pena de serem os produtos rejeitados e devolvidos, no estado em que se encontrarem;
- h) Na hipótese de irregularidades em relação aos produtos fornecidos, a



Administração somente os receberá em caráter definitivo, mediante termo circunstanciado, após as correções promovidas pelos FORNECEDORES e após a reverificação realizada pela Administração, por intermédio quer do servidor encarregado, quer da comissão responsável;

DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- i) A CONTRATANTE é obrigada a acompanhar, fiscalizar, conferir o fornecimento do objeto do presente certame, através de um Gestor/Fiscal a ser designado, por intermédio de Portaria, o qual deverá anotar em registro próprio, as falhas detectadas e comunicar por escrito a autoridade superior todas as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da CONTRATADA;
- j) A fiscalização será exercida no interesse do Município de Salto Grande/SP e não exclui nem reduz a responsabilidade da licitante CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos;
- k) Caberá à fiscalização exercer rigoroso controle no cumprimento do Contrato;
- l) Caberá ainda ao fiscal do Contrato as seguintes atribuições:
- m) Conferência dos serviços executados;
- n) Registrar no ato do recebimento dos serviços, eventuais ocorrências existentes;
- o) Atestar tanto a quantidade, como a qualidade dos serviços entregues, sendo responsável por essas declarações;
- p) Aplicar as penalidades previstas neste edital e no presente instrumento, na hipótese da CONTRATADA, não cumprir o contrato, mantidas as situações normais de disponibilidade e volume dos produtos, arcando a referida empresa com quaisquer prejuízos que tal ato acarretar à CONTRATANTE;
- q) Deverá certificar, para fins de quitação das Notas Fiscais/Faturas, os documentos de regularidade fiscal da empresa;

7.1 Da contratante

Obriga-se a Administração/Contratante:

- a) comunicar a Contratada toda e quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;
- b) efetuar o pagamento da Contratada de acordo com a forma de pagamento



estipulada na licitação e no Contrato;

- c) promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;
- d) rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela Contratada fora das especificações do contrato;
- e) observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;
- g) prestar à CONTRATADA informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;
- h) demais condições constantes do edital de licitação.
- i) Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada na entrega do material/ objeto licitado;
- j) Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.

8. DO CONTRATO

8.1. INSTRUMENTO CONTRATUAL

- Somente por assinatura de ata de registro de preços;
- Autorização de Fornecimento + Contrato de garantia e assistência técnica;
- Autorização de Fornecimento;

8.2. VIGÊNCIA

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura da ata contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, aditável segundo a mesma lei.

8.3. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

Gestor:

Nome: Gabrielle Christine Burati Plens

Cargo: Diretora do Departamento Municipal de Educação

E-mail: educacao@saltogrande.sp.gov.br



Fiscal:

Nome: Nádia Aparecida Leite de Alvarenga

Cargo: Assessora Técnica Pedagógica

E-mail: nadiap_alvarenga@hotmail.com

9. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

9.1 Prazos

- (a). Prazo de recebimento definitivo do objeto: 05 (cinco) dias úteis após o envio do pedido para a empresa.
- (b). Prazo de liquidação do documento fiscal: 10 (dez) dias, a contar da apresentação;

Obs: Quando for constatada qualquer irregularidade no documento fiscal, será imediatamente solicitada à CONTRATADA carta de correção, quando couber, ou ainda pertinente regularização, que deverá ser encaminhada para o município no prazo de 2 (dois) dias úteis. Caso a CONTRATADA não apresente carta de correção no prazo estipulado, o prazo para pagamento será recontado a partir da data da sua apresentação.

- (c). Prazo de pagamento: 30 (trinta dias) após a liquidação do documento fiscal.

10. DO VALOR ESTIMADO

A presente contratação está estimada em R\$ 185.424,73 (cento e oitenta e cinco mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e setenta e três centavos). A estimativa de despesa foi calculada tendo por base pesquisa direta com os fornecedores da região e através de consulta Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (BLL)

11. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

As informações constantes deste referencial são suficientes a subsidiar a contratação pretendida.

12. – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Depois de celebrado o contrato, a contratada será responsabilizada administrativamente pelas infrações descritas neste Termo de Referência.

12.1.1. A disciplina das infrações cometidas no procedimento licitatório deve observar o disposto no item 10 do Edital.

12.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

12.2.1. der causa à inexecução parcial do contrato;



12.2.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
12.2.3. der causa à inexecução total do contrato;
12.2.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.2.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

12.2.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.2.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.2.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2.9. entregar objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

12.3. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as sanções previstas nos incisos I, II, III e IV do art. 156 da Lei 14.133/2021.

12.3.1. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa compensatória.

Sanção de Multa

12.4. Será aplicada **MULTA MORATÓRIA** nas hipóteses de atraso injustificado na execução do contrato, na seguinte forma:

12.4.1. de 1% (um por cento), sobre o valor do empenho por dia na hipótese de atraso na entrega dos itens requisitados.

12.4.2. Atraso superior há 3 (três) dias 5% sobre o valor do empenho.

12.4.3. Atraso superior há 10 (dez) dias multa de 10% do valor do empenho.

12.4.2. A ocorrência de atraso superior há 15 (quinze) dias, incidirá multa de 10% sobre o valor da Ata de Registro de Preços e extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.5. A **MULTA COMPENSATÓRIA** será aplicada nas hipóteses de descumprimento de obrigações contratuais ou nos casos decorrentes de atos praticados no procedimento licitatório, por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sendo estabelecida em razão do grau de importância da obrigação desatendida, objetivando-se a compensação das eventuais



perdas nas quais a Administração tenha incorrido, nos percentuais estabelecidos abaixo:

Infração (Subitens)	Percentual da multa
12.2.1.	20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada
12.2.2.	de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado
12.2.3.	
12.2.4.	
12.2.5.	
12.2.6.	
12.2.7.	
12.2.8.	
12.2.9.	

12.5.1. Na hipótese do subitem 12.2.1, a sanção de multa compensatória poderá atingir o percentual de até 30% (trinta por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada.

12.6. As penalidades de multa moratória e multa compensatória não serão cumuladas.

12.7. A multa moratória poderá ser convertida em multa compensatória, observado o disposto no art. 162 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

12.8. Quaisquer multas aplicadas deverão ser recolhidas junto ao órgão competente, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados de sua publicação no Diário Oficial do município, podendo, ainda, ser descontadas de qualquer fatura ou crédito existente, a critério da licitante.

12.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

Sanção de impedimento de licitar e contratar

12.10. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável, em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.2.2, 12.2.3 e 12.2.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta com o Município de Salto Grande, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, obedecida a seguinte gradação:

Infração (Subitens)	Pena
12.2.2.	impedimento pelo período de até dois



	anos
12.2.3.	impedimento pelo período de até três anos
12.2.4.	impedimento pelo período de até um ano

Sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

12.11. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável, em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.2.5, 12.2.6, 12.2.7 e 12.2.8, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, obedecida a seguinte graduação:

Infração (Subitens)	Pena
12.2.5.	declaração de inidoneidade de até cinco anos
12.2.6. 12.2.7. 12.2.8.	declaração de inidoneidade de até seis anos

12.12. Será aplicada a sanção de que trata o subitem 12.11 deste Edital nas infrações administrativas previstas nos itens 12.2.2, 12.2.3 e 12.2.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar.

Da Aplicação e do Cômputo da Sanção

12.13. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

Processo Administrativo Sancionador

12.15 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo III do Decreto Municipal nº 2.487, de 14 de agosto de 2023.

13.INDICAÇÃO RESPONSÁVEL NO ÓRGÃO PELOS ENCAMINHAMENTOS DE EVENTUAIS IMPUGNAÇÕES E/OU ESCLARECIMENTOS

Nome: Amanda Lindolfo dos Santos

E-mail: licitacao.saltogrande@gmail.com

Telefone institucional: (14) 3378-9600

Salto Grande/SP, 19 de março de 2024



PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO GRANDE
ESTADO DE SÃO PAULO
POLO DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO



GABRIELLE CHRISTINE BURATI PLENS
Diretora do Departamento Municipal de Educação

APÊNDICE AO ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1 – OBJETO

Constitui objeto deste Estudo Técnico Preliminar a formação de Ata de Registro de Preço para a futura aquisição de produtos infantis de creche, tendo em vista atender às necessidades da educação municipal de Salto Grande pelo período de 12 (doze) meses.

2 – JUSTIFICATIVA E NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO

A compra de itens infantis para atender a este departamento se justifica na promoção do bem-estar e o desenvolvimento saudável das crianças que integram o ensino público municipal. Os itens de cuidado, higiene pessoal, e de organização do ambiente de trabalho que estarão no processo licitatório irão gerar um ambiente propício ao aprendizado e ao crescimento físico e emocional dos pupilos, sendo que a disponibilidade desses itens permitirá que eles se concentrem nas atividades educacionais e recreativas que integrarão seus currículos.

A compra de itens para creche será uma forma de apoiar as famílias de baixa renda, garantindo que suas crianças tenham acesso a recursos essenciais para seu desenvolvimento que, fora do ambiente escolar, talvez não tivessem acesso. Isso contribui para a equidade educacional e social da comunidade, mas não só: também se verão auxiliadas aquelas crianças que possuem algum tipo de dificuldade, com a inclusão de produtos que as atenderão.

Por fim, o processo licitatório dará cabo ao cumprimento das normas e regulamentações destinadas à segurança e ao bem-estar das crianças em ambientes educacionais. A aquisição de itens infantis de qualidade e que atendam a essas normas é essencial para o cumprimento das regulamentações municipais e nacionais.

3 – DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

RESPONSÁVEL	CARGO
GABRIELLE CHRISTINE BURATI PLENS	DIRETORA DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

4 – REQUISITOS DA AQUISIÇÃO

O(s) licitante(s) deve(m) proporcionar a entrega dos produtos de creche para atender às necessidades do ensino público municipal, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas a serem estabelecidas neste instrumento.

No momento da entrega dos itens, os produtos fornecidos devem estar em perfeitas condições de higiene e conservação, livres de odores estranhos e de contaminantes químicos, físicos e biológicos.

As embalagens dos produtos devem estar em perfeitas condições, intactas e sem perfurações, e expressar claramente a data de validade do produto naqueles em que couber. Os itens entregues serão submetidos a uma avaliação visual e sensorial de qualidade, sendo que o **PRAZO PARA ENTREGA** deverá ser de 05 (cinco) dias úteis após o envio do pedido para a empresa, notando que não será necessário um pedido mínimo para a entrega.

5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

Diante das necessidades apontadas neste estudo, o atendimento à solução exige a contratação de empresa(s) especializada(s) que possua(m) ramo de atividade compatível com o objeto pretendido. Devido à grande dificuldade de conseguir cotação diretamente com as empresas mais próximas, pois as mesmas não tem interesse em fornecer apenas os preços, foi também utilizada a plataforma BLL COMPRAS (Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil), meio recomendado e confiável, para chegar a uma média estimada de valor de mercado, não se restringindo à pesquisa direta com os fornecedores.

ITEM	UNIDADE	QUANTIDADE TOTAL	DESCRIÇÃO
01	PCT	200	ALGODÃO – BOLAS ALGODÃO HIDRÓFILO EM BOLAS - MACIO E ALTO PODER DE ABSORÇÃO. PACOTE COM APROXIMADAMENTE 100 G, PRODUTO TOTALMENTE ATÓXICO. PRODUTO DEVERÁ TER VALIDADE MÍNIMA DE 06 (SEIS) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA
02	UNID	200	BABADOR INFANTIL CONFECCIONADO EM MEIA MALHA, 100% ALGODÃO E BOTÃO PARA FECHAMENTO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 22X6X26CM, TAMANHO ÚNICO. COR: VERDE BEBÊ, BRANCO OU AMARELO. PRODUTO TOTALMENTE ATÓXICO.
03	UNID	200	BANHEIRA PLÁSTICA MÉDIA BANHEIRA PLÁSTICA PARA BANHO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 20X45X77 CM, COM CAPACIDADE DE APROXIMADAMENTE 20 LITROS, NA COR VERDE BEBÊ, AMARELO OU INCOLOR. PRODUTO TOTALMENTE ATÓXICO.
04	CX	400	“COTONETES”/HASTES FLEXÍVEIS, INQUEBRÁVEIS, PROPORCIONANDO SEGURANÇA. COM PONTAS DE ALGODÃO QUE NÃO SOLTAM FIAPOS, ANTIGERME (TRICLOSAN 0,4%) QUE O MANTÉM LIVRE DE MICRÓBIOS MESMO DEPOIS DO CARTUCHO ABERTO. CAIXA COM 300 UNIDADES. PRODUTO TOTALMENTE ATÓXICO. VALIDADE MÍNIMA DE 06 (SEIS) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.
05	UNID.	200	ESCOVA DE CABELO PARA BEBÊ. CERDAS MACIAS E SUAVES, CABO DE PVC, NA COR BRANCA, VERDE OU AMARELA. PRODUTO TOTALMENTE ATÓXICO. CABO COM TEXTURA ANTIDESLIZANTE, PARA EVITAR QUE ESCORREGUE DAS MÃOS.



			MEDIDAS: 14,5 X 4CM;
06	UNID.	200	ESCOVA DE LIMPEZA PARA MAMADEIRA, COM APROXIMADAMENTE 24X5X5CM, CABO DE POLIPROPILENO E CERDAS DE NYLON. PRODUTO TOTALMENTE ATÓXICO.
07	UNID.	500	FRALDA DE TECIDO DUPLO. BRANCA, COM BAINHA DE TECIDO DUPLO, 100% ALGODÃO. EMBALAGEM COM 5 UNIDADES. PRODUTO TOTALMENTE ATÓXICO. MEDIDAS: 70 X 70 CM;
08	UNID.	200	JOGO DE LENÇOL PARA BERÇO 3 PEÇAS, UNISSEX, CONFECCIONADO EM TECIDO 100% ALGODÃO, EM EMBALAGEM CONTENDO: 01 LENÇOL DE BAIXO COM ELÁSTICO; 01 LENÇOL DE CIMA E 01 FRONHA. MEDIDAS APROXIMADAS: LENÇOL DE BAIXO C/ ELÁSTICO: 1,55M COMP. X 1,00M LARG. LENÇOL DE CIMA: 1,50M COMP. X 1,05M LARG. FRONHA: 35CM COMP. X 28CM LARG. COMPOSIÇÃO: TECIDO PERCAL 100% ALGODÃO, MÍNIMO 150 FIOS.
09	UNID.	200	MANTA INFANTIL PARA BERÇO, NA COR AMARELA, SEM ESTAMPAS, CONFECCIONADA EM MALHA 250 COM FIO 30/1 PENTEADO 100% ALGODÃO E GRAMATURA MÍNIMA DE 120G/M ² , QUE NÃO GERA BOLINHAS. MEDIDAS APROXIMADAS: TAMANHO: 80CM X 100CM. GRAMATURA: MÍNIMO 120G/M ² . ENCHIMENTO: 100% POLIÉSTER.
10	UNID.	200	SABONETE EM BARRA PARA BEBÊ, COM NO MÍNIMO 75 G. PRODUTO HIPOALERGÊNICO, COM FRAGRÂNCIA SUAVE, FÓRMULA HIDRATANTE E DERMATOLOGICAMENTE TESTADA, PARA LIMPAR SUAVEMENTE SEM AGREDIR A PELE DO BEBÊ. PRODUTO DE QUALIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR ÀS MARCAS DOVE, HUGGIES (TURMA DA MÔNICA), JOHNSONS . VALIDADE MÍNIMA DE 06 (SEIS) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA
11	UNID.	200	SABONETEIRA PLÁSTICA, COM CORES VARIADAS E VEDAÇÃO EFICIENTE; COMPRIMENTO DE 11 CM LARGURA DE 8 CM E ALTURA DE 4 CM ARMAZENA O SABONETE, MANTENDO O INTEGRO E SEM RISCOS DE ABERTURAS
12	UNID.	200	TOALHA DE BANHO TOALHA DE BANHO COM CAPUZ E FORRO DE FRALDA, PARA BEBÊ. DIMENSÕES: APROXIMADAS: 70CM LARGURA X 90 CM PROFUNDIDADE. MATERIAL: 100% ALGODÃO. COR: BRANCA, AMARELA OU VERDE BEBÊ.
13	UNID.	200	TRAVESSEIRO TRAVESSEIRO ANTI SUFOCANTE PARA BEBÊ COM FRONHA, BRANCO. - SISTEMA ANTI-SUFOCANTE - ESPUMA DESENVOLVIDA PELA NASA. - CAPACIDADE DE ACOMODAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PESO FACILITANDO A CIRCULAÇÃO SANGUÍNEA - NÃO ABSORVE O CALOR DO CORPO, AUTO-MODÁVEL, ANTI PRESSÃO. - SENSAÇÃO DE CONFORTO - CAPA EM TECIDO ANTI-ÁCARO E ANTI-FUNGOS. - FRONHA BRANCA EM TECIDO. EMBALAGEM CONTENDO: - 01 TRAVESSEIRO MEDINDO APROXIMADAMENTE: 38CM X 29 CM X 05CM ALT. - 01 REVESTIMENTO MEDINDO APROXIMADAMENTE 38CM X 29CM. - 01 CAPA REMOVÍVEL E LAVÁVEL MEDINDO APROXIMADAMENTE 40CM X 30CM. COMPOSIÇÃO: TRAVESSEIRO: 100% ESPUMA DE VISCO ELÁSTICO. CAPA: APROXIMADAMENTE 70% POLIÉSTER 30% ALGODÃO. FRONHA: 100% ALGODÃO.
14	UNID.	1000	ESCOVA DENTAL INFANTIL 0 A 2 ANOS, MACIA OU EXTRA MACIA, PARA USO DE CRIANÇAS DE 0 A 2 ANOS, COM SELO DE APROVAÇÃO DA ABO – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ODONTOLOGIA, MODELO ANATÔMICO.



15	UNID.	1000	ESCOVA DENTAL INFANTIL 2 A 5 ANOS, MACIA OU EXTRA MACIA E PONTAS ARREDONDADAS, PARA USO DE CRIANÇAS DE 2 A 5 ANOS, COM SELO DE APROVAÇÃO DA ABO – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ODONTOLOGIA, MODELO ANATÔMICO. INDICADA PARA HIGIENE BUCAL EM CRIANÇAS DE 2 A 6 ANOS.
16	UNID	150	CHUPETA COM BICO ANATÔMICO DE SILICONE MACIO E LIVRE DE BPA. ESCUDOS EM FORMATO ANATÔMICO E BORDAS ARREDONDADAS, MATERIAL ATÓXICO, COM PEGADOR EM POLICARPO. TAMANHO 2: IDADE DE 6 A 18 MESES.
17	UNID.	150	CHUPETA COM BICO ANATÔMICO DE SILICONE MACIO E LIVRE DE BPA. SEUS ESCUDOS EM FORMATO ANATÔMICO E BORDAS ARREDONDADAS, MATERIAL ATÓXICO, COM PEGADOR EM POLICARPO. TAMANHO 3 TAMANHO IDADE: A PARTIR DE 18 MESES.
18	UNID.	150	CHUPETA COM BICO REDONDO DE SILICONE MACIO E LIVRE DE BPA. SEUS ESCUDOS EM FORMATO ANATÔMICO E BORDAS ARREDONDADAS, MATERIAL ATÓXICO, COM PEGADOR EM POLICARPO. TAMANHO 2: IDADE DE 6 A 18 MESES.
19	UNID.	150	CHUPETA COM BICO REDONDO DE SILICONE MACIO E LIVRE DE BPA. SEUS ESCUDOS EM FORMATO ANATÔMICO E BORDAS ARREDONDADAS, MATERIAL ATÓXICO, COM PEGADOR EM POLICARPO. TAMANHO MÉDIA TAMANHO 3 TAMANHO IDADE: A PARTIR DE 18 MESES.
20	UNID.	100	BICO MAMADEIRA, MATERIAL SILICONE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ATÓXICO/ ANTIALÉRGICO/INODORO/INSÍPIDO/ORTODÔNTICO/, TAMANHO 0 A 6 MESES
21	UNID.	100	BICO MAMADEIRA, MATERIAL SILICONE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ATÓXICO/ ANTIALÉRGICO/INODORO/INSÍPIDO/ORTODÔNTICO/, TAMANHO 7 A 12 MESES
22	UNID.	100	BICO MAMADEIRA, MATERIAL SILICONE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ATÓXICO/ ANTIALÉRGICO/INODORO/INSÍPIDO/ORTODÔNTICO/, TAMANHO 13 A 17 MESES
23	UNID.	100	BICO MAMADEIRA, MATERIAL SILICONE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ATÓXICO/ ANTIALÉRGICO/INODORO/INSÍPIDO/ORTODÔNTICO/, TAMANHO 18 A 24 MESES
24	UNID.	150	MAMADEIRA, EM POLIPROPILENO, COM BICO DE SILICONE ORTODONTICO, CAPACIDADE 160ML MAMADEIRA; COM FRASCO, CAPUZ, TAMPA E DISCO EM POLIPROPILENO, COLORIDO; ISENTO DE BISFENOL A; RESISTENTE A TEMPERATURA DE NO MÍNIMO 100°C NO MOMENTO DA ESTERELIZAÇÃO; ACOMPANHA BICO EM SILICONE ORTODÔNTICO P/LÍQUIDOS POUCO CONSISTENTES; ATÓXICO; INSÍPIDO; SEM REBARBAS E BORDAS CORTANTES; COM CAPACIDADE PARA 160 ML; ROTULAGEM COM INDICAÇÃO DE FABRICAÇÃO; N.LOTE; PROCEDÊNCIA E VALIDADE; DE ACORDO COM A NBR 13.793, COM CERTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA E SELO DO INMETRO.
25	UNID.	150	MAMADEIRA, EM POLIPROPILENO, COM BICO SILICONE



			ORTODONTICO, CAPAC. 250ML MAMADEIRA; COM FRASCO, CAPUZ, TAMPA E DISCO EM POLIPROPILENO, COLORIDO; ISENTO DE BISFENOL A; RESISTENTE A TEMPERATURA DE NO MÍNIMO 100°C NO MOMENTO DA ESTERELIZAÇÃO; ACOMPANHA BICO EM SILICONE ORTODONTICO P/LIQUIDOS POUCO CONSISTENTES; ATOXICO; INSIPIDO; SEM REBARBAS E BORDAS CORTANTES; COM CAPACIDADE PARA 250 ML; ROTULAGEM COM INDICACAO DE FABRICACAO; N.LOTE; PROCEDENCIA E VALIDADE; DE ACORDO COM A NBR 13.793, COM CERTIFICACAO COMPULSORIA E SELO DO INMETRO.
26	UNID.	300	ESPONJA DE BANHO INFANTIL – ESPONJA EM ESPUMA, DELICADA DE EXCELENTE QUALIDADE. DIMENSÕES: 12,6 X 7,3 X 5,1 CENTÍMETROS.
27	UNID.	300	TOALHA DE BANHO COM MEDIDAS MINIMAS DE 70 X 120 CM – 100% ALGODÃO.
28	UNID.	300	FRALDA EM TECIDO 100% ALGODÃO, BRANCA, PACOTE COM 5 PECAS NO TAMANHO DE 0.70 X 0.70 CM CADA
29	UNID.	100	PANO DE BOCA C/ BORDADO, BRANCA, 100 % ALGODÃO, TECIDO DUPLO MIN DE 32 X 32 CM, EM CONJUNTOS/KITS DE 03 UNIDADES CADA.
30	PCT.	500	ELÁSTICO PARA CABELO INFANTIL, COMPOSIÇÃO: BORRACHA NATURAL SINTÉTICA E ÓLEO PARAFÍNICO, EMBALAGEM COM QUANTIDADE IGUAL OU SUPERIOR A 12 UNIDADE EM CORES SORTIDAS.
31	UNID.	50	ESCOVA DE CABELO, CERDAS DE NYLON COM PONTAS PROTETORAS QUE MASSAGEIAM O COURO CABELUDO PARA TODOS OS TIPOS DE CABELO, PRODUTO DE ALTA QUALIDADE. DIMENSÕES DO PRODUTO: 4 X 6,4 X 20 CM; 60 G
32	UNID.	50	ESCOVA DE CABELO, CERDAS DE NYLON COM PONTAS PROTETORAS QUE MASSAGEIAM O COURO CABELUDO PARA TODOS OS TIPOS DE CABELO, PRODUTO DE ALTA QUALIDADE DIMENSÕES DO PRODUTO: 27 X 10,2 X 4,5 CM; 60 G 27 X 10,2 X 4,5 CM; 60 G.
33	UNID.	50	ESCOVA DE CABELO, CERDAS DE NYLON COM PONTAS PROTETORAS QUE MASSAGEIAM O COURO CABELUDO, PARA TODOS OS TIPOS DE CABELO, PRODUTO DE ALTA QUALIDADE. DIMENSÕES DO PRODUTO: 31 X 10,3 X 4,2 CM; 0,17 G
34	UNID.	50	LENÇOL DE BERÇO COM ELÁSTICO - 1,40X0,80X0,20M CONFECCIONADO EM TERGAL 50% ALGODÃO E 50% POLIESTER, TRAMA COM 160 FIOS NO MÍNIMO,
35	UNID.	300	MORDEDOR CONFECCIONADO EM PLÁSTICO COLORIDO, ATÓXICO, E BORRACHAS APROPRIADAS PARA BEBÊS, POLIPROPILENO, COLORIDO (CORES DIVERSAS) DIMENSÕES DO ITEM C X L X 10 X 90 X 100 MILÍMETROS
36	UNID.	300	CREME DENTAL INFANTIL – COM FLUOR EMBALAGEM COM 90 GR, APROVADO PELA ABO – (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ODONTOLOGIA), COM VALIDADE MINIMA DE 12 MESES CONTADA A PARTIR DA DATA DA ENTREGA DO PRODUTO.
37	UNID.	150	CREME DE CABELO PARA PENTEAR SEM ENXAGUE – EMBALAGEM 300 ML.
38	UNID.	350	'COPINHO' DE TRANSIÇÃO COM BICO PARA SUCO E AGUA, UNISSEX.



			CAPACIDADE: 350 MILLILITERS
39	UNID.	200	TOALHA DE ROSTO, MEDIDA MINIMA DE 49 CM X 54 CM, COM GRAMATURA MEDIA.
40	UNID	20	ROLO PAPEL LENÇOL, O ROLO DEVE TER MEDIDA MINIMA DE 50CM X 50 M.
41	UNID.	20	CAIXA TERMICA 20 LITROS.
42	UNID.	20	CAIXA TERMICA 45 LITROS.
43	UNID.	50	CAIXA ORGANIZADORA 5 LITROS. TRANSPARENTE COM TAMPA
44	UNID.	50	CAIXA ORGANIZADORA 10 LITROS. TRANSPARENTE COM TAMPA
45	UNID.	50	CAIXA ORGANIZADORA 15 LITROS. TRANSPARENTE COM TAMPA
46	UNID.	50	CAIXA ORGANIZADORA 20 LITROS. TRANSPARENTE COM TAMPA
47	UNID.	50	CAIXA ORGANIZADORA 40 LITROS. TRANSPARENTE COM TAMPA
48	UNID.	50	CAIXA ORGANIZADORA 60 LITROS. TRANSPARENTE COM TAMPA
49	UNID.	50	CAIXA ORGANIZADORA 80 LITROS. TRANSPARENTE COM TAMPA
50	UNID.	50	CAIXA ORGANIZADORA 100 LITROS. TRANSPARENTE COM TAMPA
51	UNID.	200	PENTE FINO COM CABO (PARA LÊNDEAS E 'PIOLHOS'). MEDIDAS: 16 X 4,5 X 0,4 CM; 6,9 G
52	UNID.	150	SHAMPOO PARA PIOLHOS FRASCO DE 100 ML. DERMATOLOGICAMENTE TESTADO, FORMULADO PARA CABELOS CABELOS-COM-PIOLHOS.
53	UNID	50	ÓLEO HIDRATANTE PARA CRIANÇAS, TESTADO DERMATOLOGICAMENTE 200ML.
54	PCT	50	ELÁSTICO DE SILICONE PARA CABELO, TAMANHO PEQUENO, DE COR TRANSPARENTE OU COLORIDO. PACOTE DEVENDO CONTER 50 OU 100 UNIDADES
55	UNID.	50	ÁGUA BORICADA. AGUA BORICADA 3% ADV FRASCO 100ML
56	UNID	200	LENÇO UMEDECIDO. PRODUTO TESTADO DERMATOLOGICAMENTE: SEM SABÃO NEM ÁLCOOL, PARA LIMPAR DELICADAMENTE AS DOBRINHAS DA PELE DO BEBÊ. FÓRMULA HIDRATANTE E HIPOALERGÊNICA. EMBALAGEM TIPO FLIP FLOP, QUE ASSEGURA A UMIDADE E A MACIEZ, CONTENDO NO MÍNIMO 96 UNIDADES, MEDINDO APROXIMADAMENTE 19X16 CM, CADA. PRODUTO DEVERÁ POSSUIR VALIDADE MÍNIMA DE 06 (SEIS) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.
57	UNID	250	POMADA ANTIASSADURA INFANTIL PARA PREVENÇÃO DE ASSADURAS. PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR FÓRMULA QUE PROTEJA O BEBÊ DAS ASSADURAS, MANTENDO A HIDRATAÇÃO NATURAL DA PELE, ATRAVÉS DO ESTABELECIMENTO DE UMA BARREIRA MECÂNICA ENTRE A PELE DO BEBÊ, A URINA E AS FEZES, EVITANDO QUE ESTAS ENTREM EM CONTATO COM A PELE, CAUSANDO ASSADURAS. O PRODUTO DEVERÁ POSSUIR CHEIRO AGRADÁVEL E SER FÁCIL DE ESPALHAR E DE REMOVER. EMBALAGEM CONTENDO 60 GRAMAS. PRODUTO DEVERÁ SER DERMATOLOGICAMENTE TESTADO. QUALIDADE EQUIVALENTE OU SUPERIOR ÀS MARCAS: BEPANTOL, HIPOGLÓS E DERMODEX PREVENT. VALIDADE MÍNIMA DE 06 (SEIS) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.



58	UNID	200	POMADA NISTATINA MAIS OXIDO DE ZINCO POMADA PARA PREVENÇÃO E TRATAMENTO DE ASSADURAS 60G
59	UNID	200	POMADA PARA HEMATOMAS, INFLAMAÇÕES CONTUSÕES ‘ POMADA POLISSULFATO DE MUCOPOLISSACARÍDEO HIRUDOID’.OU SEMELHANTE. PESO LIQUIDO 40G CONTÉM:EXCIPIENTES: ÁCIDO ESTEÁRICO, ÁLCOOL MIRISTÍLICO, ÁLCOOL CETOESTEARÍLICO, BASE OLEOSA, GLICEROL, HIDRÓXIDO DE POTÁSSIO, TIMOL, ÁLCOOL ISOPROPÍLICO, METILPARABENO, PROPILPARABENO, ÁGUA PURIFICADA.
60	CAIXA	40	CURATIVOS TRADICIONAIS INDICADOS PARA COBRIR E PROTEGER LESÕES E FERIMENTOS, MANTENDO A UMIDADE NATURAL DA PELE. SEU FORMATO E MATERIAL FLEXÍVEL SE ADAPTA A DIFERENTES ÁREAS DO CORPO DESCRIÇÃO: BEGE TRANSPARENTE RESPIRÁVEL HIPOALERGÊNICO 19MM X 76MM EMBALADO INDIVIDUALMENTE COMPOSIÇÃO: FILME DE POLIETILENO COM ADESIVO ACRÍLICO HIPOALERGÊNICO; ALMOFADA ABSORVENTE DE NÃO TECIDO (TNT); PAPEL GLASSINE. PRODUTO ESTÉRIL: ÓXIDO DE ETILENO 40 UNIDADES EM CADA CAIXA.
61	UNID	50	FITA “MICROPORE”, COM 2,5MM (OU MENOS) X 10M.
62	UNID	50	ATADURA DE CREPOM 13 FIOS DE 10CM X 1,8 METROS EM REPOUSO (SEM ESTICAR) COMPOSIÇÃO: 80% ALGODÃO, 16% POLIESTER E 4% ELASTANO NÃO ESTÉRIL MACIA E RESISTENTE. INDICADA PARA FIXAÇÃO DE CURATIVOS EM GERAL, TERAPIA COMPRESSIVA, IMOBILIZAÇÃO DE MEMBROS, PREVENÇÃO DE LESÕES NA PRÁTICA ESPORTIVA, ENTRE OUTROS. POSSUI ELASTICIDADE ADEQUADA AO SEU USO, FABRICADAS COM TECIDO DE ALGODÃO CRU, BAIXA DENSIDADE DE FIOS EM SUA TRAMA, MALHA SIMPLES DE COR NATURAL.
63	PCT	50	COMPRESSAS DE GAZE ESTÉRIL 13 FIOS/CM² PACOTE COM 10 UNIDADES DE GAZE EM CADA PACOTE;. 100% ALGODÃO; 5 DOBRAS; 8 CAMADAS; 13 FIOS/CM²; TAMANHO 7,5X7,5CM ESTERILIZADO POR ÓXIDO DE ETILENO; VALIDO POR 36 MESES À PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO. POSSUEM GRANDE CAPACIDADE DE ABSORÇÃO DE LÍQUIDOS. ARTIGO MÉDICOHOSPITALAR DE USO ÚNICO,.. PRODUZIDAS EM TECIDO 100% ALGODÃO, HIDRÓFILO, ISENTO DE ALVEJANTE ÓPTICO E AMIDO, SENDO UM PRODUTO INSÍPIDO E INODORO (NÃO TEM SABOR E NEM CHEIRO). SÃO ESTERILIZADAS POR GÁS DE ÓXIDO DE ETILENO OU RAIOS GAMA COBALTO. EMBALADAS EM PAPEL CIRURGICO E FILME PLÁSTICO OFERECENDO UMA ÓTIMA BARREIRA MICROBIOLÓGICA. COMPLETAMENTE LIVRES DE AGENTES CONTAMINANTES. INDICADAS PARA USO MÉDICO- HOSPITALAR, ODONTOLÓGICO, ESTÉTICO EM DIVERSOS



			PROCEDIMENTOS TAIS COMO, CIRÚRGICOS, ASSEPSIAS E CURATIVOS EM GERAL. CONSERVAR EM LOCAL SECO, AREJADO E PROTEGIDO DE GRANDES VARIAÇÕES DE TEMPERATURA. ANVISA 81474190002
64	UNID	30	SORO FISIOLÓGICO GARRAFA COM TAMPA 500ML INDICADO PARA NEBULIZAÇÃO, LAVAGENS DE LENTES DE CONTATO, FERIMENTOS E HIDRATAÇÃO DA PELE.COMPOSIÇÃO: CLORETO DE SÓDIO 0,9%. EXCIPIENTE: ÁGUA PURIFICADA.
65	UNID	50	TERMÔMETRO DIGITAL COM AVISO SONORO. PRODUTO 100% RESISTENTE À ÁGUA. POSSUI BEEP SONORO DE AVISO DE MEDIÇÃO, DISPLAY LCD DE FÁCIL VISUALIZAÇÃO, ALARME DE FEBRE, MEMÓRIA DA ÚLTIMA MEDIÇÃO, DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO E INDICADOR DE BATERIA FRACA. PRODUTO DEVERÁ SER APROVADO PELO INMETRO. GARANTIA MÍNIMA DE UM 1 ANO A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.

As quantidades posicionadas são suficientes para atender às solicitações do setor pelo período de 1 (um) ano, sendo que a quantidade total será subdividida em cota total e cota reservada à participação de microempresas e empresas de pequeno porte no limite máximo de até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade do objeto, conforme consta no termo de referência anexo.

7- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução mais viável para a contratação seria a aquisição dos itens por meio de fornecedores habilitados mediante Processo Licitatório por Pregão Eletrônico, por se tratarem de itens comuns. Após o levantamento dos itens com valor de mercado, o processo licitatório obedecerá ao Sistema de Registro de Preço, podendo-se viabilizar as compras conforme as necessidades. Após realizada a Licitação, as contratadas deverão efetivar o fornecimento dos materiais conforme o prazo de entrega definido por este ETP, e emissão de nota de empenho, seguindo criteriosamente as descrições determinadas nesses documentos.

8 – ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

O custo estimado da contratação é de R\$ 185.424,73 (cento e oitenta e cinco mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e setenta e três centavos) e encontra-se pormenorizado em planilha demonstrativa de preços unitários e totais.

9 – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Os resultados pretendidos com as Aquisições são:

*Eficiência no atendimento de todas as demandas da aquisição de produtos de cuidados infantis, no suporte à atividade finalística do órgão em seus diversos setores educacionais;

*Com a aquisição dos produtos para creche através de um sistema de Registro de Preços, buscamos também por um maior custo benefício, em recursos financeiros e em qualidade dos produtos, podendo assim alcançar um uso racional dos recursos monetários, permitindo que as aquisições sejam realizadas de forma rápida, econômica e sustentável.

10 – DEMONSTRATIVO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES

A aquisição dos produtos listados nesse Estudo Técnico Preliminar consta no plano anual de contratação, uma vez que necessitamos das compras para que seja fornecido o tratamento adequado às crianças matriculadas no sistema público de ensino municipal, e uma antiga ata de objetos semelhantes teve seu vencimento no ano passado.

11 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não se faz necessária a realização de demais contratações correlatas e ou interdependentes ao objeto pretendido.

12 - POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Não se fez observar a existência de possíveis impactos ambientais.

13 - DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA AQUISIÇÃO

Considerando a necessidade de adquirir os produtos para fazer frente às demandas do Departamento Municipal de Educação, e considerando que há recursos orçamentários alocados para atender as despesas da presente aquisição, conclui-se pela total viabilidade da aquisição pretendida.

14 - JUSTIFICATIVA DA VIABILIDADE

Após a realização do estudo foi verificada a viabilidade da contratação, levando-se em conta as questões orçamentárias e de disponibilidade de empresas consolidadas no ramo para venderem tais produtos para a Administração Pública Municipal, visando a garantia do fornecimento em eventual e futura aquisição.

Salto Grande/SP, 20 de março de 2024

GABRIELLE CHRISTINE BURATI PLENS
Diretora do Dep. Municipal de Educação



ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

(USAR PREFERENCIALMENTE PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

Referência:

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 021/2024.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2024.

A Ilustríssima Senhora Pregoeira da Prefeitura Municipal de Salto Grande-SP.

DADOS DO LICITANTE	
Denominação:	
Endereço:	
Bairro:	Cidade/UF:
CEP:	Fone:
CNPJ:	e-mail:

DADOS BANCÁRIO PARA PAGAMENTO	
Banco:	
Agência:	Conta Corrente:

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA PARA ASSINATURA DO CONTRATO
Nome:



Endereço:	
Bairro:	Cidade/UF:
CEP:	Fone:
CPF:	RG:
Nacionalidade:	Estado Civil:
Cargo/Função:	
E-mail pessoal:	
E-mail institucional:	

OBJETO

Registro de Preços para Aquisição de Itens Infantis para Atender às Necessidades do Departamento Municipal de Educação.

TABELA EM ANEXO

Valor Total: R\$.... (.....)

CONDIÇÕES COMERCIAIS

Dos Prazos

a) O Prazo de validade desta proposta comercial é de 60 (sessenta) dias a contar da abertura dos envelopes;

DECLARAÇÕES

(a) Declara, sob as penas da lei, que os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes desta licitação;

(b) Declara que, por ser de seu conhecimento, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do Edital e Anexos, relativos a licitação supra, bem como às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, e demais normas complementares que disciplinam o certame e que integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.

(c) Declara, sob as penas da lei, que tem condições de executar a quantidade estabelecida no prazo assinalado, independentemente dos demais compromissos de fornecimento porventura existentes, bem como que fornecerá o material de acordo com as especificações técnicas (Anexo I do Edital).

Assinatura e identificação

(Representante legal/procurador da licitante)

(Nome/RG/CPF/Cargo-Função).

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

Pregão Eletrônico nº. /2024

Objeto:

(Nome)....., portador do RG ° e CPF nº, representante legal da empresa

....., estabelecida à Rua..... nº,
.....(Bairro), na cidade de,

Estado de, telefone, e-mail, inscrita no CNPJ nº,

interessada

em participar no Pregão Eletrônico nº /2024, do Município de SALTO GRANDE/SP, DECLARA que:

1) Declaramos, para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei n.º 14.133/21, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesesseis) anos. Ressalva ainda, que, caso empregue menores na condição de aprendiz (a partir de 14 anos, deverá informar tal situação no mesmo documento).

2) Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

3) Declaramos para todos os fins de direito, que conhecemos as especificações do objeto e os termos constantes neste Edital e seu(s) ANEXOS, e que, concordamos com todos os termos constantes no mesmo e ainda, que possuímos todas as condições para atender e cumprir todas as exigências de fornecimento ali contidas, inclusive com relação a documentação, que está sendo apresentada para fins de habilitação.

4) Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº e CPF nº



....., cuja função/cargo é
..... (sócio-administrador/procurador/diretor/etc),
responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços/contrato.

5) Declaramos para os devidos fins que não possuímos nenhum sócio, ligado ao Prefeito, Vice- Prefeito, Vereadores, Secretários Municipais, ou ainda a agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, por matrimônio ou parentesco, afim ou consangüíneo, até o terceiro grau, ou por adoção, bem como também não possuímos em

nosso quadro social, nenhum Servidor do Município, em conformidade com o inciso IV do Art. 14 da Lei 14.133/21.

6) Declaramos de que a empresa não contratará empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 013 do STF (Supremo Tribunal Federal).

7) Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8) Declaramos que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9) Declaramos que a empresa atende aos requisitos de habilitação e que o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

10) Declaramos para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que a Ata de Registro de Preços/Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail: / Telefone: ()

Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de



alteração junto ao Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

Nomeamos e constituímos o senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob

n.º, para ser o(a) responsável pela execução da Ata de Registro de Preços/contrato,

referente ao Pregão Eletrônico N° e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e na Ata de Registro de Preços/Contrato

Local e data,

(assinatura do representante legal da empresa)

ANEXO IV – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº...../202...

MUNICÍPIO DE SALTO GRANDE, ESTADO DE SÃO PAULO, por intermédio do Senhor **MARIO LUCIANO ROSA**, seu Prefeito do Município, no uso de suas competências legais, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR** e o fornecedor **Empresa**, **pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº**, sediada na, neste ato representada pelo Sr(a) (nome e função no detentor data), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos,, doravante denominado(s) DETENTOR DA ATA, resolvem firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE**, decorrente da licitação na modalidade Pregão **Eletrônico nº/20.....**, processo nº/...../20....., de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo às condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 2487 de 14 de agosto de 2023.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E CONDIÇÕES

1.1.A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de , especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo [do edital de Licitação nº/20..... que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

1.2.O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade e de medida	Quantidade	Valor Unit

1.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços.

- 1.4. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o Órgão Gerenciador e eventuais entidades participantes a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.
- 1.5. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA NATUREZA DESTES INSTRUMENTOS

- 2.1. O presente instrumento caracteriza-se como um documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação dos itens indicados no quadro acima, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e ata do Pregão Eletrônico nº/20....., que integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro.
- 2.2. A presente Ata de Registro de preço será regida pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e pelo Decreto Municipal nº 2487 de 14 de agosto de 2023.

3. CLÁUSULA SEGUNDA – vigência e prorrogação

- 3.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contados da data de publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município de Salto Grande, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 3.2. A prorrogação deverá estar acompanhada com a comprovação da vantagem do preço registrado.
- 3.3. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, desde que justificado pelo órgão gerenciador.

4. CLÁUSULA quarta - REVISÃO do Preço registrado

- 4.1. Durante a vigência da ARP o órgão gerenciador deverá proceder à atualização periódica dos preços registrados, com o objetivo de verificar a oscilação de mercado e adotar uma das medidas previstas nesta cláusula, se for o caso
- 4.2. Nas hipóteses da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 (caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado), os

preços registrados poderão ser alterados, desde que observadas as disposições delineadas neste instrumento.

4.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador promover as negociações para viabilizar a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, mediante as seguintes providências:

4.3.1. convocar o detentor da ARP, a fim de estabelecer negociação para redução dos preços originalmente registrados e a sua adequação ao praticado no mercado;

4.3.2. liberar o detentor da ARP do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, se frustrada a negociação com ele tentada;

4.3.3. convocar os aderentes de preço, na ordem de classificação, visando a promover igual negociação.

4.4. A ordem de classificação dos aderentes de preço que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

4.5. Quando o preço do mercado se tornar superior aos preços registrados e o detentor da ARP comunicar e comprovar, antes do pedido de fornecimento, a impossibilidade de cumprimento do compromisso inicialmente assumido, o órgão gerenciador deverá:

4.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido e sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e se os comprovantes forem apresentados;

4.5.2. promover negociação com os aderentes de preço e os licitantes remanescentes, observado o procedimento descrito neste instrumento.

4.5.3. Não existindo aderentes de preço e licitantes remanescentes, ou não havendo êxito nas negociações de que trata este instrumento, o órgão gerenciador deverá proceder o cancelamento da ARP.

4.6. Na hipótese em que o detentor da ARP, antes do pedido de fornecimento, solicite a revisão do preço registrado e comprove que a elevação seja decorrente de evento posterior à assinatura da ARP, absolutamente independente da vontade das partes e proveniente de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a manutenção dos preços registrados, o órgão gerenciador deverá:

4.6.1. proceder às negociações, e no caso do seu êxito, liberar o detentor da ARP do compromisso assumido e sem aplicação da penalidade;



4.6.2. promover a alteração do preço registrado em favor do solicitante quando frustrada a negociação de que trata o inciso I.

4.6.3. Diante da inexistência de aderentes de preço e licitantes remanescentes que impeçam a realização das negociações mencionadas neste instrumento, a revisão do preço solicitada pelo detentor da ata ficará condicionada a demonstração de que o valor pretendido está compatível com os valores praticados pelo mercado.

4.7. A fixação do novo preço a ser registrado deverá ser consignada em Termo Aditivo à ARP, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

4.8. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão de preços, no prazo definido no parágrafo único do art. 123 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

5. CLÁUSULA QUINTA - SUBSTITUIÇÃO de marca ou modelo do produto registrado

5.1. O órgão gerenciador poderá aceitar que o detentor da ARP substitua o produto por outro de marca ou de modelo diferente daquele registrado na ARP, por comprovado motivo ou por fato superveniente à licitação e desde que o novo produto possua, comprovadamente, desempenho e qualidade iguais ou superiores, não podendo haver majoração do preço registrado.

5.2. A aceitação de que trata o subitem anterior deverá ser precedida de parecer técnico que ateste as informações prestadas pelo detentor da ata e deverá ser consignada em Termo Aditivo à ARP.

6. CLÁUSULA SEXTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1. São obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR:

6.1.1. Publicar na imprensa oficial do Município o extrato da ARP, com a indicação do número da licitação em referência, do objeto e do endereço do portal eletrônico da internet, onde poderão ser obtidas informações mais detalhadas da ARP.

6.1.2. Divulgar, mediante publicação no seu portal oficial, o preço registrado com indicação dos fornecedores, cuja informação ficará disponível durante a vigência da ARP.

6.1.3. Gerenciar a ata de registro de preços, com a prática, em especial, dos seguintes atos:

6.1.4. Emitir a autorização de fornecimento;

6.1.5. Proceder à atualização periódica dos preços registrados, com o objetivo de verificar a oscilação de mercado e adotar uma das medidas previstas na Cláusula Quarta, se for o caso;

6.1.6. Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;

6.1.7. Prorrogar a vigência da ARP, se for o caso, desde que observadas as condicionantes estabelecidas na legislação e neste instrumento;

6.1.8. Promover o cancelamento do preço registrado ou da própria ARP, total ou parcialmente, quando presentes as situações previstas neste instrumento.

6.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações feitas pelos detentores da ARP, relacionadas ao gerenciamento da ata, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

6.2. São obrigações do DETENTOR DA ARP:

6.2.1. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.2.2. Responder no prazo de 02 (dois) dias, as solicitações, pedidos, informações, etc., feitas pelo Órgão Gerenciador.

6.2.3. Na hipótese de o preço do mercado se tornar superior aos preços registrados, comunicar e comprovar, antes do pedido de fornecimento realizado pelos órgãos e entidades participantes, a impossibilidade de cumprimento do compromisso inicialmente assumido.

6.2.4. Na hipótese de solicitação de revisão de preço, comprovar que a elevação seja decorrente de evento posterior à assinatura da ARP, absolutamente independente da vontade das partes e proveniente de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que inviabilizem a manutenção dos preços.

6.2.5. Na hipótese de solicitar a substituição do produto por outro de marca ou de modelo diferente daquele registrado na ARP, comprovar o motivo ou o fato superveniente à licitação, e desde que o novo produto possua, comprovadamente, desempenho e qualidade iguais ou superiores, não podendo haver majoração do preço registrado.

6.2.6. Na hipótese de solicitar o cancelamento do item registrado, comprovar o fato superveniente à assinatura da ARP, decorrente de caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis



de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ARP.

6.2.7. Celebrado o contrato em decorrência da ARP, o órgão gerenciador passa a ser designado como “Contratante” e o detentor da ata como “Contratado”, observadas as obrigações fixadas no Termo de Referência para cada um deles.

6.2.8. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas no Termo de Referência, mas não obrigará os órgãos e entidades participantes a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS E DA ATA

7.1. O órgão gerenciador deverá cancelar o PREÇO REGISTRADO do detentor da ata quando este:

7.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

7.1.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

7.1.3. Não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

7.1.4. Sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei no 14.133/2021.

7.2. A ATA DE REGISTRO DE PREÇO será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

7.2.1. pelo decurso do prazo de vigência ou quando não restarem detentores da ARP e aderentes de preço;

7.2.2. pelo cancelamento de todos os preços registrados;

7.2.3. em razão da utilização total dos itens da ARP, salvo na hipótese de sua prorrogação;

7.2.4. por fato superveniente, decorrente de caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução das obrigações previstas na ARP;

7.2.5. por razões de interesse público, devidamente justificadas.

8. CLÁUSULA oitava – das contratações decorrentes da ARP

- 8.1. A contratação com o detentor da ARP será formalizada pelos órgãos e entidades participantes, por intermédio de instrumento contratual, pela emissão de nota de empenho de despesa, carta-contrato, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, observado o disposto no Capítulo I do Título III da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 8.1.1. Será admitida a forma eletrônica na celebração de contratos, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).
- 8.1.2. O prazo para assinatura do contrato, retirada de nota de empenho ou instrumento equivalente, será de 02 (dois) dias úteis, após regular convocação, podendo ser prorrogado por igual período mediante solicitação fundamentada.
- 8.2. A formalização dos contratos, decorrentes do SRP, deverá ser providenciada dentro do prazo de vigência da ARP.
- 8.3. Na hipótese em que o instrumento de contrato seja substituído por outro instrumento hábil na forma do art. 95 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a emissão dos referidos documentos e o seu envio ao detentor da ARP deverá ocorrer dentro do prazo de vigência desta.
- 8.3.1. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação fiscal e trabalhista consignadas no edital de licitação, bem como a verificação de algum impedimento na forma da Lei;
- 8.4. O prazo de duração dos contratos, decorrentes da ARP, não se confunde com o prazo de vigência da própria ata, estando aquele primeiro submetido ao disposto no Capítulo V do Título III da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 8.5. No caso de contratação com a utilização de recursos da União decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse, a prioridade para o fornecimento deverá observar a regra prevista no artigo 8º, §4º, do Decreto Federal nº 8.538/2015.

9. CLÁUSULA nona – FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Ourinhos, Estado de São Paulo, para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, sendo este o competente para a propositura de qualquer medida judicial decorrente deste instrumento, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

REPRESENTANTE LEGAL DO ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA

Representante legal do DETENTOR DA ATA